

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**A solidariedade autônoma zapatista -
um estudo sobre a prática da agroecologia em rebeldia**

Ana Paula Gomes



Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP
para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Valéria de Marcos

São Paulo
Primavera de 2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**A solidariedade autônoma zapatista -
um estudo sobre a prática da agroecologia em rebeldia**

Ana Paula Gomes

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP
para obtenção do título de Bacharel em Geografia.
Orientadora: Prof^a Dr^a Valéria de Marcos

São Paulo
Primavera de 2015

*Hace muchos años cuando yo llegué a la Selva Lacandona - hace 22 años - conocí a un hombre, un sabio, que le decíamos el Viejo Antonio. Alguna vez, platicando con él, le decía yo - porque no entendía muchas cosas, venía de la ciudad - que cómo era posible que después de tantos años, tantas guerras, tanto afán de conquista y de destrucción, los indígenas mayas - porque nosotros somos indígenas mayas - se mantuvieran resistiendo. Él me dijo que el secreto estaba en la tierra; que podían destruirnos a unos o a otros, pero que mientras la tierra estuviera, los árboles, las aguas, lo que se conoce pues como la tierra o la naturaleza, eso podía volver a alimentar y hacer crecer y a nacer, una y otra vez, a los hombres y mujeres de maíz.
(Según cuentan nuestros antiguos... relatos de los pueblos indios durante la Otra Campaña, Subcomandante Insurgente Marcos)*

Agradecimentos

Com perigo de parecer piegas, me parece mais que correto agradecer às pessoas especiais que tornaram este trabalho possível e a vida mais bonita de ser vivida.

Primeiramente à minha mãe, por me dar a vida e por sua força de guerreira, às vezes guerrilheira. E ao meu pai por ser meu exemplo de humildade e bondade, e por ter me ensinado a gostar da boa música.

À minha irmã por insistir que queria ter uma irmãzinha, e que talvez por isso desde então me protegeu, me ajudou e me incentivou em absolutamente tudo. Ao Marcelo por amá-la e cuidá-la.

Aos meus avós paternos, que nos cuidaram com tanto carinho e amor e aos maternos, por além de serem um exemplo de luta pela vida, são de Minas Gerais, terra maravilhosa.

Ao Mauricio, por me amar e compartilhar comigo os sonhos e a vida, pelo apoio e por ser lindo de viver.

À grande família geográfica, que proporcionaram os melhores anos da minha vida, nos trabalhos de campo, encontros e festas inesquecíveis.

Aos moradores das casas em que morei, que me ensinaram a vida comunitária: Piratas, Casa das primas, Baobás.

Aos meus irmãos que fiz no México, especialmente Ernesto, Alba e Chema.

À família mais fofa do mundo, que me permitiram estar presente em um precioso momento, da nova luz vindo ao mundo: Yamila, Raulzito e Miguelito. Aproveitando a deixa, agradeço também ao José Inácio por ser uma criança espetacular.

Às minhas amigas irmãs, que são minha cara metade: Malu (ou Manu?), Gal, Olga, Déia, Carolis, Paula, J. Lara e Rachelis e ao meu amigo irmão, Júlio Várzea Pai.

Aos amigos agroecológicos (Alpendreamers, Lucimara, turma de Araras, Cooperafloresta, Pedro Baiano e Maria) por representarem a rebeldia mais cercana. Fica também meu salve à todos que construíram o seminário “Terra, Alimento e Liberdade: o que você alimenta quando se alimenta?”.

Aos musos geográficos pela beleza e juventude, toda a turma Geoamor 2008.

Aos professores do departamento, pela maravilhosa forma de ver o mundo, especialmente a Prof^a Valéria pelas palavras de incentivo e pela orientação.

Ao amigo Waldo Lao Fuentes Sanchez, que considero meu co-orientador, e que é responsável pela ideia deste trabalho e jamais me abandonou nesta travessia. Também agradeço à turma do grupo de estudo latinoamericano, Cronópios do Sul, pela celebração.

À todos os funcionários que fazem possível o funcionamento da USP, que para mim foi realmente uma grande escola em muitos âmbitos da vida.

À equipe do DESMI, especialmente Maria Estela e Rigoberto, à todos que do CIDECI por abrirem as portas, pelas reflexões e por me inspirarem. Agradeço também ao amigo querido René Olvera, pela sua generosidade e garra, com quem compartilhei histórias de luta.

E, finalmente, aos maestros e maestras da Escuelita Zapatista por abrirem as portas da percepção.

Gratidão a todos!

Este trabalho é dedicado aos parentes chiapanecos,
e a todos aqueles que lutam por um mundo onde caibam muitos mundos.

Índice

•	<i>Introdução</i>	5
•	<i>Capítulo I – Das contradições da Revolução Zapatista à conformação do neoliberalismo no México</i>	6
1	A modernização no México: a ditadura porfirista.....	6
2	Os primeiros zapatistas.....	8
2.1	A Revolução que não ocorreu em Chiapas.....	13
3	Anos 80: crise do café e seus impactos no cenário agrícola.....	14
4	A conformação do neoliberalismo no México através do NAFTA.....	16
•	<i>Capítulo II – Das bases formativas do EZLN à conformação territorial autônoma</i>	20
1	Antecedentes da organização política na Selva Lacandona: Teologia da Libertação e Dom Samuel Ruiz.....	20
1.1	O Congresso de 1974.....	22
2	Da Clandestinidade ao Ya basta!.....	24
3	Os caminhos da construção da autonomia zapatista: as Declarações da Selva Lacandona e os eventos solidários.....	27
3.1	Formação e organização do Território Autônomo Zapatista.....	36
•	<i>Capítulo III – A agroecologia como avesso da colonialidade</i>	43
1	A descolonização do poder no âmbito da natureza.....	43
1.1	A Revolução Verde como um modelo hegemônico.....	45
2	A agroecologia trilhando o caminho da Soberania Alimentar.....	50
2.1	Apontamentos à respeito da soberania alimentar.....	51
2.2	Apontamentos à respeito da Agroecologia.....	53
3	Agroecologia Zapatista.....	56
•	<i>Considerações Finais</i>	68
•	<i>Bibliografia</i>	69
•	<i>Anexos</i>	75
	Mapa 1 – Distribuição étnica nas regiões com presença zapatista.....	75
	Mapa 2 – Localização dos MAREZ	75
	Quadro 1 – Relação entre os municípios oficiais e os MAREZ	76
	Quadro 2 – Os caracóis e as JBG.....	77
	Quadro 3 – Leis Revolucionárias do EZLN (Janeiro de 1994).....	78

Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir a questão da terra e do território, como princípio básico da autonomia indígena zapatista, através de prática agroecológica, realizada por intermédio da cooperação da sociedade civil e do trabalho coletivo.

Para tanto, se fez necessário desvendar como, no processo histórico do México, os indígenas, com enfoque em Chiapas, foram sendo marginalizados e sofreram inúmeras violências, por parte do Estado e da forma colonialista em que se construiu o poder naquele país (como em toda América Latina).

Por isso, no primeiro capítulo analisamos a história mexicana do século XX, enfocando nas contradições e benefícios da Revolução Mexicana, e seus deficientes desdobramentos no estado de Chiapas, e um panorama da situação no período pós-revolucionários até os anos de 1980, momento em que foi fomentado o terreno fértil que desbocou na implantação no neoliberalismo através da assinatura do NAFTA.

No segundo capítulo, buscamos compreender as bases fundadoras do EZLN, que permitiram o surgimento de um exército em plena Selva Lacandona, o qual, em 1994, ao se levantarem em armas, contestaram a situação em que estavam submetidos os povos indígenas chiapanecos e de todo o país e mostraram ao mundo que a história ainda não havia acabado. Também analisamos como o EZLN foi se conformando desde então, à partir das Declarações da Selva Lacandona e dos chamados à sociedade civil, culminando na criação dos Caracóis e das Juntas de Bom Governo.

Este movimento histórico que percorremos durante o trabalho serviu para desembocar no objetivo em questão deste trabalho, que foi compreender as particularidades da relação da natureza, uma vez que o EZLN se coloca como uma alternativa anti-hegemônica, anticapitalista e anticolonial. Entendemos que a construção deste mundo se faz à partir de uma série de fatores, que vão da recuperação das terras, passando pela criação das JBG à uma relação com a natureza diferente da mentalidade ocidental europeia, e do modelo imposto pela Revolução Verde no último século.

Por isso, no terceiro capítulo, discutimos os aspectos da Revolução Verde, como um paradigma colonial de dominação da natureza e como ocorreu a inserção deste modelo no país. E, em contraponto, a agroecologia, se constituindo como um conhecimento emergente que critica e oferece uma alternativa a este modelo, e de que maneira que ela está sendo construída nas comunidades autônomas zapatistas.

Capítulo I – Das contradições da Revolução Zapatista à conformação do neoliberalismo no México

1 A modernização no México: a ditadura porfirista

Ao longo da história da América Latina, os povos indígenas foram submetidos à exploração de sua mão de obra e territórios. Na América Hispânica, iniciou-se primeiramente a exploração dos minérios (séculos XVI ao XVIII) e posteriormente, o estabelecimento de uma agricultura para exportação, as chamadas *plantations*¹.

Os povos indígenas sofreram duros ataques aos seus territórios, padecendo de discriminação e racismo, devido a uma forma de operar e pensar a sociedade que os via como seres inferiores. A opressão ocorreu por muitos âmbitos da vida, com a supressão de seus saberes, de suas cosmovisões, de suas territorialidades. A gênese do capitalismo industrial europeu encontrou na América, o motor de arranque de suas forças produtivas, e aqui, muito longe de dado desenvolvimento, foi sendo gerenciado um genocídio, consequência deste modelo perverso do Sistema Colonial, responsável pela destruição do equilíbrio ecológico, da introdução de doenças mortais e pelo estabelecimento de uma nova forma de trabalho.

Desta forma, a modernização (branca e europeia), foi estabelecendo a expansão do capitalismo agrário que não foi benéfica para os indígenas, pelo contrário, sendo capaz de subordiná-los como empregados dependentes dos grandes latifúndios, uma vez que sofreram gradativa espoliação de seus territórios. Mesmo com a criação de um aparato jurídico e político de reconhecimento do sujeito indígena como cidadão dos Estados-Nações emergentes, eles foram excluídos de uma participação igualitária, ficando o Estado como tutor na melhor das hipóteses, não garantindo, desta forma, a sobrevivência de seus próprios sistemas políticos e sociais.

Não diferente desta realidade regional, portanto, é a do México, na qual os Conquistadores tiveram a fortuna de encontrar-se com uma complexa e variada sociedade pré-hispânica despótica-tributária (tanto a Aliança Azteca ou Mexica, quanto a Maia), em que a força de trabalho era extremamente educada e disciplinada, responsável, por exemplo, pela construção de um complexo arquitetônico, cidades e avançadas tecnologias de agricultura.

1 Sistema utilizado durante a colonização da América Latina, que se baseia em uma monocultura de exportação, com a utilização de mão de obra escrava.

Porém, não podemos deixar de observar que, mesmo que esta lógica tenha introduzido um mundo extremamente adverso e violento ao modo de vida indígena, graças a diferentes estratégias de resistência, há uma permanência de grupos indígenas em toda América Latina, e é a respeito de uma certa experiência em solo mexicano que este trabalho versará.

No México, o processo de incorporação dos indígenas ao mundo modernizado acentuou-se sob o regime do presidente Porfirio Díaz, período no qual o latifúndio ocupava as melhores terras, chegando a absorver em 1910, de 80 a 95% do território nacional (Gilly, 2010, p. 29). O regime do Porfiriato (1876 - 1911) foi responsável pela criação do mercado externo, colocando a economia como fundamento do projeto de nação, através do desenvolvimento da rede de trens, modernização dos correios e telégrafos, ampliação dos portos marítimos e inauguração da rede telefônica.

Así, la historia del Mexico porfiriano es, en esencia, la historia del proceso de conformación y desarrollo impetuoso del capitalismo nacional en las condiciones de la expansión mundial del capital en la era de acenso del imperialismo; y, en consecuencia, la historia de la acumulación de las contradicciones que condujeran a la formacion social mexicana al estallido revolucionario de 1910. (GILLY, 2010, p. 32)

Neste período ocorreu o estabelecimento de um Estado liberal e secular, com uma separação radical da Igreja para com os assuntos políticos, tendo como consequência a nacionalização de seus bens (1859), o que foi aplicado também às terras indígenas, que foram fracionadas em pequenas parcelas individuais, aprofundando a deterioração do caráter comunal da terra, e que pouco a pouco foram sendo absorvidas pela expansão latifundiária, sobretudo na região central do país.

Conforme aponta Adolfo Gilly (2010), Porfirio Diaz criou uma série de leis de colonização, através das chamadas “*compañías deslindadoras*”², que deveria delimitar e estabelecer colonos estrangeiros para desenvolverem aí suas atividades econômicas como terceiros, possibilitando um maior desenvolvimento e assegurando a ocupação territorial. Como resultado, esse processo foi capaz se assegurar a ocupação de um quarto do país em 1906.

Porém, o que ocorreu foi que na realidade não havia terras baldias, e sim terras utilizadas pelos indígenas e camponeses, ocasionando mais uma grande espoliação de terras comunitárias. Povoados e comunidades inteiras eram inseridos nos latifúndios e os

2 Mais para frente, explicaremos brevemente as consequências disso em Chiapas, através da atuação da Companhia de Terras e Colonização de Chiapas, Méx,Ltda

habitantes eram incluídos automaticamente como mão de obra.

Desta forma, foi possibilitada a expansão da forma capitalista de acesso à terra e disponibilização de trabalhadores livres, que viraram sem-terra. A moderna forma de propriedade foi avançando, travando uma guerra contra os povos que conseguiram resistir, se fazendo valer de inúmeros subterfúgios.

Esta apropiación y despojo de territorios inmensos resultó em una gigantesca operación de transferencia de la propiedad o de la posesión de las tierras em todo país. Ella se realizó a través de una multitud de pequeñas guerras locales de las haciendas contra los pueblos, apoyadas por los cuerpos represivos del Estado o por sus próprias guardias privadas contra la resistencia tenaz de los campesinos, que defendían unas veces la *tierra* y otras las *aguas*, poderoso instrumento de dominación una vez puestas bajo el contro del terrateniente. (GILLY, 2010, p. 23)

2 Os primeiros zapatistas

Para romper com essa realidade criada por Porfírio Diaz, em que o latifúndio tomava conta do cenário agrário mexicano, era necessária uma ruptura massiva e definitiva. Na época que estourou a Revolução Mexicana (1910), 81% das comunidades estavam inclusas dentro das *haciendas*³, ou seja, havia cerca de 12 mil povoados livres contra 57 mil povoados *hacendados*.

Este cenário econômico e político criou condições para as classes populares se organizassem, de um lado a figura do camponês, bastante marcado pela tradição do trabalho na terra, da vida comunitária e convivendo, deste sempre, com o roubo de terras e o descaso das autoridades governamentais, do outro lado, embora pouco reconhecido pela historiografia, esteve a figura o proletário urbano, organizado em torno de associações comunistas e anarquistas, onde se destaca a figura dos irmãos Flores Magón⁴, e das grandes greves operárias do começo do século.

Do outro lado, agentes da burguesia urbana e rural, descontentes com a Ditadura de Porfírio, sentiam a necessidade de maior participação política, distribuição de poderes e de possibilidade de modernização dos outros setores da economia, também se juntaram

3 *Haciendas* é a modalidade de latifúndio existente na América Hispânica, criada durante o período colonial. Para Adolfo Gilly (2010, p. 35-37), a *hacienda* representa o centro gravitacional da economia colonial no México, capaz de regular e utilização da mão de obra, lugar onde se extrai e acumula o capital necessário para a reprodução da Empresa Colonial. Na época Moderna, com Porfírio, a *hacienda* continua se reproduzindo, transformada como local capaz de produzir mercadorias também para o mercado externo, à partir da utilização de mão de obra assalariada, mas também perpetua-se relações servis, para o autor, a *hacienda* moderna foi mais devoradora das terras comunais, mais violenta e imoral.

4 Embora haja relações entre a Revolução Mexicana (camponesa) e o movimento operário, nunca foi consolidada uma aliança e nem mesmo uma relação mais estreita, inclusive, os irmãos Flores Magón (anarquistas, editores do jornal *Regeneración*) recusaram-se um convite de Zapata de somar-se à luta em Morelos.

ao coro que queria a cabeça do governante.

Em essência, a Revolução Mexicana iniciou-se em novembro de 1910, quando Diaz reelege-se pela sétima vez, depois de ter vencido por eleições livres o candidato Francisco Madero, que naquele momento foi capaz de abrigar em sua figura os inúmeros grupos descontentes com ditadura a oligárquica.

Para Diaz ganhar, Madero foi preso acusado de sedição (desordem pública) na época do pleito, posteriormente posto em prisão domiciliar para em seguida fugir para os EUA, e organizar um movimento que tiraria finalmente Porfírio Diaz do poder. Através de um manifesto intitulado “Plano de San Luís Potosí” ele fez um chamado a todos os mexicanos contra o governo autoritário e oligárquico e iniciou o primeiro período revolucionário, marcado por uma verdadeira guerra. (BARBOSA, 2010)

Foi desta forma, no centro-sul do país, no estado de Morelos, em 1910, que estourou o levante que tinha por objetivo libertar a terra: “*La tierra es de quien la trabaja*”, dizia Emiliano Zapata (1879-1919), comandante do Exército do Sul, a ala mais radical, que se caracterizou pela autonomia frente às outras forças revolucionárias, por ser um grupo bastante popular, formado sobretudo por camponeses armados e que eram guiados pelos princípios de seu Comandante que, por sua vez, orientava-se no sentido de retomada das terras comunais, expressas no Plano de Ayala, assinado em Puebla em 1911, na qual basicamente desconhecia Madero como Presidente e se balizava sua ideologia de luta em três pontos fundamentais:

- a) os pueblos ou cidadãos que possuíam os documentos de terras expropriadas pelos fazendeiros tomariam imediatamente a posse delas e as manteriam em armas em punho até o final da revolução;
- b) expropriação de um terço das terras e propriedades dos grandes latifúndios, mediante pagamento de indenização, a fim de que os povos e cidadãos do México pudessem trabalhar nelas;
- c) nacionalização da totalidade dos bens dos grandes fazendeiros, científicos ou caciques políticos que se opunham direta ou indiretamente ao plano. (BARBOSA, 2010, p. 66)

No norte, região onde coexistiam forças heterogêneas, surgiu a figura de Pancho Villa (1878-1923), comandante do Exército do Norte, que também possuía um caráter popular, mas que não foi capaz de articular um projeto tão definido como o de Zapata.

Após uma série de batalhas, muitas cidades foram tomadas pelos rebeldes, culminando na tomada de Ciudad Juárez, em maio de 1911, momento em que Diaz finalmente renuncia, realizando um acordo junto a Madero para que desse fim à

radicalização camponesa.

Novas eleições colocaram oficialmente Madero (1911-1913) no poder, marcado por período de estabilidade democrática, mas nenhuma transformação de fato, com a exceção da continuidade da repressão à ala armada, que finalmente liquidou a resistência magonista. No mesmo tempo, sofreu ataques pela direita, por grupos porfiristas incorporados, intervenções do governo estadunidense, até um golpe que pôs no poder Victoriano Huertas (1913-1914), que se caracterizou por ter sido um governo antirrevolucionário. Em seguida, seguiram outros governos, com pastas políticas distintas, mas que em geral, não pretendiam obedecer às transformações demandadas pelo povo.

Em 1917 finalmente é promulgada uma nova constituição do país (a anterior era de 1895, da época liberal), que buscou criar um poder executivo forte e interventor que iria delinear os contornos do país revolucionário, estabelecendo reformas (com leis trabalhistas, por exemplo), incluindo a realização da Reforma Agrária, a grande pauta da Revolução, que estabeleceu juridicamente, pela primeira primeira vez, o *ejido*⁵, que seriam concedidos para usufruto de unidades familiares individuais, não seriam, portanto, comunitárias, como previa os princípios do Plano de Ayala, de Zapata. Nela também se definiram regras para mineração, que seriam de propriedade do Estado, indo no sentido contrário das empresas que já exploravam a região, incluindo também o petróleo.

A Reforma Agrária que deveria regular o tamanho das propriedades, chamada de *reparto agrário*, fundamentar-se-ia no terceiro parágrafo deste artigo 27:

Con este objeto, se dictarán las medidas necesarias para el fraccionamiento de los latifundios, para el desarrollo de la pequeña propiedad agrícola en explotación; para la creación de nuevos centros de población agrícola con las tierras y aguas que les sean indispensables; para el fomento de la agricultura y para evitar la destrucción de los elementos naturales y los daños que la propiedad pueda sufrir en perjuicio de la sociedad. Los núcleos de población que carezcan de tierras y aguas o no las tengan en cantidad suficiente para las necesidades de su población, tendrán derecho a que se les dote de ellas, tomándolas de las propiedades inmediatas, respetando siempre la pequeña propiedad agrícola en explotación. (Artigo 27, Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos.)

5 Conforma desenha o pesquisador brasileira Carlos Alberto Sampaio Barbosa: “O termo ejido (palavra derivada do latim *exitum*) foi criado no período colonial para denominar as áreas limítrofes dos povoados que exploravam principalmente pecuária e lenha. Na era pós-revolucionária adquire outra conotação. Atualmente, o ejido, uma criação da Revolução Mexicana, foi o instrumento para a reforma agrária no México. O ejido é uma espécie de dotação, não há compras; procede da expropriação de latifundiários ou de terras do Estado e torna-se propriedade da nação, cedida em usufruto perpétuo e hereditário aos camponeses, seja individualmente ou de forma coletiva”. (BARBOSA, 2010, p. 107)

Porém, durante todos os “governos revolucionários”, a reforma agrária nunca se efetivou de fato, sendo utilizada de maneira articulada pelos personagens políticos de poder, que sinalizavam ao reparto agrário discursivamente, mas nunca deram a possibilidade para a radicalização desta transformação. Pelo contrário, disputavam entre si, a burguesia industrial e latifundiária que, utilizando de preceitos revolucionários, contribuíram para a manutenção do poder dos mesmos.

Neste período, Zapata, à margem desta disputa de poder, segue resistindo em armas, seguindo as demandas do povo e os seus preceitos políticos, fundando a Comuna de Morelos (1915-1918), uma espécie de Reforma Agrária local, que repartiu de fato as terras segundo a Lei Revolucionária, instaurou um regime inspirado pelo socialismo e, como afirma Adolfo Gilly,

el papel de Emiliano Zapata en la revolución aparece como la afirmación de la voluntad del campesino de México de decidir sobre su propia vida y sobre el destino del país (...), al igual que la de Pancho Villa, trascendió los límites de México y se hizo universal, como símbolo de la revolución agraria”. (GILLY, 2010, p. 317)

O mesmo autor chega a afirmar que a Comuna de Morelos, como primeiro governo camponês de toda América Latina, foi o legado mais extraordinário da Revolução, servindo de inspiração para movimentos sociais neste país, pois os camponeses foram capazes de estabelecer um autogoverno. Por isso, a figura de Zapata dá o nome ao EZLN, como uma maneira de lembrar a verdadeira Revolução Mexicana, pois levou até o fim as pautas de um sentido comunal da terra, do autogoverno, e do poder para os oprimidos e marginalizados pelo capitalismo.

Porém, no final do ano de 1919 (considerado o ano que termina a Revolução) Zapata é morto em uma emboscada promovida por Pablo Gonzalez – ligado à Carranza, ascende o poder o presidente Venustiano Carranza (1915-1920), que é morto, entra em seu lugar Alvaro Obregón (1920-1924), que também ganha o mesmo destino. Mostrando como as resoluções dos temas políticos são motivadas por conspirações e muita violência.

Em suma, a Revolução Mexicana, embora muitas vezes pensada como um fato histórico ligado ao povo, pelo contrario, foi cooptada e gerida por uma continuidade de figuras políticas afastadas dos anseios revolucionários, que estavam desde o princípio tencionando, mas que na década de 1920 foi abastecida por aspirações “contrarrevolucionárias” burguesas. Um exemplo disso é que o partido que há anos ganha

a maioria das eleições do país, acusado de alterar resultados, de corrupção, com integrantes acusados de crimes como homicídio e desaparecimentos, chama-se Partido Revolucionário Institucional (PRI)⁶, demonstrando que caráter foi ganhando o termo “Revolução”.

Nota-se que durante todo o período revolucionário, como já mencionamos, o camponês é o personagem histórico, sujeito de direito, contestador da ordem política vigente, o indígena, por sua vez, não teve uma atuação significativa e tampouco as pautas e conquistas foram direcionadas para seu bem-estar, continuaram tutelados pelo Estado.

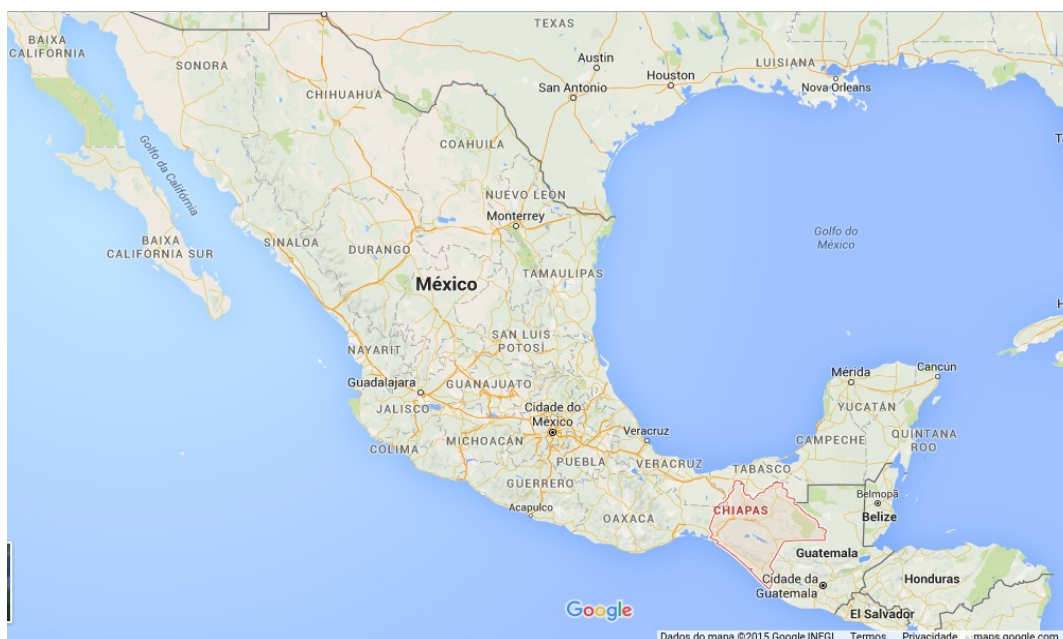
Posteriormente, o período de Cárdenas (1934-1940) foi marcado por uma retomada dos ideais revolucionários renegados durante o período que o antecedeu (os anos 20 e meados dos anos 30), compreendendo que aqueles ideais, agora institucionalizados, haviam se desmanchado no ar, assumindo para si o compromisso de efetivar de fato a reforma agrária, compromisso que pode ser sintetizado em um de seus pronunciamentos: *“en este país no habrá paz y la sangre seguirá corriendo mientras no sea resuelto el problema de la tierra”* ⁷.

Durante seus primeiros anos de governo, retomou relações com a Igreja, legalizou o partido comunista, sindicatos e frentes populares, nacionalizou os trens e o petróleo (PEMEX), voltou a distribuir as terras e armou os camponeses para defendê-la. Retomou miticamente as mudanças revolucionárias e assumiu as limitações de suas ações situadas em outro tempo e espaço ao estabilizar as contradições que colocavam em lados opostos os latifundiários e os camponeses. Foi responsável pelo parcelamento de terras devolutas que deram lugar à formação de novos *ejidos*, chamados de colônias ou comunidades. Porém, estes terrenos estavam assentados em áreas de pouca produtividade e os camponeses continuaram a serem mão de obra barata para os fazendeiros de café (GARCÍA, 2011, p. 53)

6 Durante o período pós-revolucionário ascendeu ao poder o Partido Nacional Revolucionário, PNR, em (1929), que virou Partido da Revolução Mexicana, PRM (1938) e tornou-se PRI (1948-atual).

7 Pronunciamento realizado durante a campanha presidencial, conforma aponta Adolfo Gilly (2010, p. 360).

2.1 A Revolução que não ocorreu em Chiapas



Mapa 1 – Localização de Chiapas / Fonte: Print feito à partir do Google Maps

O estado de Chiapas se caracterizou na época do porfiriato, pelo mesmo processo que o restante do país, em que foi instaurada a propriedade privada da terra nas mãos de alguns coronéis, favorecidas pela ação da Companhia de Terras e Colonização de Chiapas Ltda, que vendeu, por sua vez, uma grande fatia para empresários estrangeiros, interessados na produção de café, que já despontava como o principal produto agrícola do estado, assim como criação de gado e *hule*.

Os ventos revolucionários de 1910 não alcançaram Chiapas, pois ficaram concentrados no centro do país e no norte, ou como vimos, restrito à experiência da Comuna de Morelos. Por isso, os latifúndios perduraram por todo o período revolucionário e pós-revolucionário, tendo um abalo significativo somente com o levante de 1994.

Foi somente no período cardenista que Chiapas sofre alguma alteração em relação à distribuição das terras, que naquela época se caracterizava como sendo uma zona de fronteira agrícola, em que cerca de 74% da superfície dedicada ao café estava na mãos de estrangeiros, sendo que 34% dessa fatia era alemães.

Cárdenas iniciou o processo de reforma agrária das zonas da Selva e Fronteiriças com a Guatemala, distribuindo cerca de 20 milhões de hectares (enquanto que entre 1914

e 1934 foram distribuídos 7,6 milhões), não sem a resistência dos *guardias blancas*⁸ contratados pelos fazendeiros, amparados por um aparato político judicial, que atuavam com extrema violência para com as organizações camponesas e indígenas, que já se estabeleciam na época.

Para a legalização de suas terras *ejidais*, os camponeses indígenas tinham que passar por tortuosos processos burocráticos, deslocar-se até Tuxtla (capital do estado de Chiapas) e, muitas vezes, até a Cidade do México para documentar o processo e mesmo, quando conseguiam, a área não era o suficiente para as gerações futuras; por tal motivo, houve ocupações de terras mesmo antes do levante armado de 1994.

Por isso, e por conta das transformações ao artigo 27º Constitucional, ocorrido pela assinatura do Tratado de Libre Comercio da América do Norte (TLCAN ou NAFTA por sua sigla em inglês de *North American Free Trade Agreement*), que trataremos em outro capítulo - que houve o levante zapatista e a consequente retomada de terras, pois o cancelamento da Reforma Agrária de uma vez por todas foi o eixo mais significativo para os indígenas deste estado, que viveram sempre à margem da possibilidade de serem respeitados como tal, e de terem acesso e dignidade pela terra. O direito à terra, requerido por Emiliano Zapata primeiramente, é uma forma de demandar o direito à territorialidade, ou seja, de exercer o domínio sobre um pedaço de terra seguindo seus preceitos culturais, religiosos, costumes, preservando a autonomia.

Em suma, a região sul mexicana, além das condições naturais geográficas na qual fica marcada sua vocação de fornecedora de recursos naturais (madeira, água, energia, petróleo); diferencia-se do restante do país no que diz respeito à sua estrutura de poder, onde se perpetuam relações arcaicas de exploração do trabalho, a sobrevivência de uma elite econômica e política brutal e racista, e a permanência de propriedades privadas de grandes extensões, mesmo depois dos ventos revolucionários de 1910, que nas outras áreas do México contribuiu para transformar, em partes, a forma de ocupação e uso da terra.

3 Anos 80: crise do café e seus impactos no cenário agrícola

Durante as décadas de 1970 e 1980, a economia chiapaneca voltou-se para o gado e, sobretudo, para o café, devido ao amparo de instituições governamentais de crédito, como o Instituto Mexicano del Café (INMECAFE) e de bancos públicos (que forneciam créditos agrícolas), que promoveram a produção desta variedade agrícola para

⁸ Polícias privadas que antes haviam servido à luta revolucionária (VOLPI, 2004, p. 100).

exportação. Esse breve período de prosperidade possibilitou o surgimento de cooperativas e uniões *ejidales*, uma vez que o Estado comprava a colheita com fundos públicos, retirando a figura do intermediário.

No entanto, a partir dos anos 1980, a queda dos preços internacionais de café, somada à ineficiência e corrupção do INMECAFE e ao desmantelamento das instituições públicas para a liberação do mercado, obrigou os camponeses e indígenas chiapanecos a assumir os custos de comercialização e a ter que relacionar-se novamente com os intermediários. Na mesma época, como parte da política liberal do presidente Miguel de la Madrid (1982-1988), também foram eliminados ou diminuídos os subsídios cedidos à produção de grãos básicos, como o milho e feijão.

Estas medidas tiveram grande repercussão no volume produtivo em Chiapas, que diminuiu substancialmente. Embora tenham sido criados, já na década de 1990, programas assistencialistas como o Procampo⁹ e o Pronasol¹⁰, que tinham como objetivo a criação de condições para a diminuição da pobreza, através do oferecimento de subsídios e infraestrutura básica para a produção camponesa, os problemas estruturais gerados pela política liberal iniciada nos anos 1980 não pôde ser revertida.

Em 1993, criou-se o Programa de Certificação de Direitos *Ejidales* e Titulação de Solares (PROCEDE) que acentuou esta tendência, na medida em que possibilitou aos *ejidatarios* a possibilidade de certificação da terra tendo duas opções: título individual e título coletivo. A titulação individual possibilitaria ao *ejidatario*, a solicitação de créditos e a participação de programas além de colocar a terra como mercadoria.

O que ocorreu foi que as medições das terras foram realizadas de maneira arbitrária, sem considerar a medição que os próprios *ejidatarios* fizeram e sem respeitar os declives do relevo, ao considerar linha reta, as terras resultaram menores, o que gerou muito conflito entre o Estado e a população envolvida. Além disso, em Chiapas, ao contrário do que esperado pelo governo, foi o estado em que a opção pelo título individual da terra foi dos mais baixos do país, indicando o seu forte sentido coletivo.

Estes programas se propunham a aliviar os conflitos agrários, possibilitando o ingresso da terra ao mercado (tornando as terras coletivas *ejidales* em propriedade privada a ser capitalizada) e a melhora das condições de vida das pessoas que vivem no campo. Porém, o efeito foi que com o incremento financeiro às famílias ,através dos programas governamentais assistencialistas, muitos optaram, por exemplo, por migrarem

9 Programa que entregava subsídio monetário a produtores rurais.

10 O Pronasol foi um programa criado no âmbito do Governo Federal de combate à pobreza, que consistia em distribuir e recursos públicos, mediante participação social.

para os EUA, mesmo que em condições precárias e perigosas, o que demonstra a ineficácia no sentido de geração de renda e de autonomia, acentuou-se, ao revés, os conflitos e descontentamento.

Sumamente, o período que antecedeu o levante (anos 1980) ficou marcado por três características fundamentais: o aumento da pobreza, da migração e da violência. Como contraponto a este cenário, houve também a intensificação da criação de grupos e organizações sindicais e camponesas *ejidales*.

4 A conformação do neoliberalismo no México através do NAFTA

Os anos 80, no México, como em outros países da América Latina, ficaram marcados pela adoção de políticas neoliberais. Estas políticas se fizeram presentes no país primeiramente no governo de Miguel de la Madrid (1982-1988) e se intensificaram durante o período de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), conhecido por ter sido o responsável por aplicar uma série de privatizações; foi um período de preparação da economia para o que estava por vir no começo dos anos noventa, quando ocorreu a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN ou NAFTA), assinado por Canadá, Estados Unidos e México.

Este acordo previa certas medidas que prometiam acabar com as fronteiras (econômicas) entre os três países de maneira a viabilizar a expansão dos negócios. O efeito imediato, sobretudo no México, seria a flexibilização das leis trabalhistas (com vantagens ao patrão, e não ao trabalhador) e aumento das indústrias maquiladoras¹¹, entre outras medidas.

O mais importante destas medidas, refere-se ao que toca ao campo mexicano, já que, este tratado previa a homogeneização das leis agrárias e fundiárias dos países, para possibilitar a expansão dos capitais transnacionais e privilegiar, desta maneira, o agronegócio em detrimento da agricultura familiar camponesa e indígena.

Como condição para entrada neste novo mundo globalizado, era necessário romper as velhas estruturas econômicas, políticas e sociais no país (isso, claro, sem abalar “os de cima”¹²), através da privatização da indústria nacional e, o mais importante para nós neste trabalho, o cancelamento definitivo do processo de reforma agrária, bem

11 Aquelas que se instalam na fronteira do México, utilizando as vantagens das leis trabalhistas frágeis e mão de obra barata.

12 Tradução nossa. O termo “los de arriba”, foi criado pelos zapatistas para referir-se a toda classe política e econômica.

como da propriedade coletiva da terra, possibilitando a mercantilização dos territórios e recursos com a mudança no artigo 27 constitucional. Como veremos no trecho a seguir, que veio a substituir, em 1992, a o parágrafo citado no começo deste trabalho:

En consecuencia, se dictarán las medidas necesarias para ordenar los asentamientos humanos y establecer adecuadas provisiones, usos, reservas y destinos de tierras, aguas y bosques, a efecto de ejecutar obras públicas y de planear y regular la fundación, conservación, mejoramiento y crecimiento de los centros de población; para preservar y restaurar el equilibrio ecológico; para el fraccionamiento de los latifundios; para disponer, en los términos de la ley reglamentaria, la organización y explotación colectiva de los ejidos y comunidades; para el desarrollo de la pequeña propiedad rural; para el fomento de la agricultura, de la ganadería, de la silvicultura y de las demás actividades económicas en el medio rural, y para evitar la destrucción de los elementos naturales y los daños que la propiedad pueda sufrir en perjuicio de la sociedad. (Artigo 27, Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos).

Com a nova redação da Constituição Mexicana, que alterou também outros trechos do artigo 27 constitucional, bem como em outros artigos (no tocante da educação, saúde e direitos indígenas, por exemplo), há uma paralisação do reparto agrário, substituída por um reordenamento dos assentamentos humanos, e em outros trechos as alterações vão no sentido de possibilitar a aquisição e administração de propriedades rurais a estrangeiros, o que era proibido no texto original, além de tornar possível o uso da terra e outros bens comuns em torno de associações entre entidades privadas e *ejidatarios*.

A Reforma Agrária derivada da Revolução de 1910, além de distribuir terras e fomentar a produção agrícola do “setor social” mexicano, colocou em suas mãos cerca de 50% do território nacional (1/3 deste montante é terra de cultivo e vivenda, e o restante são reservas, pastos e montanhas). Porém, estabeleceu também uma estrutura agrária bimodal, uma vez que distribuiu terras ao setor privado-empresarial que obteve, por sua vez, recursos por parte do governo federal para a industrialização e comercialização dos gêneros agrícolas. (MACKNLAY, 2008).

O sistema jurídico agrário mexicano imprimiu uma série de limitantes ao desempenho do setor empresarial. A propriedade privada da terra deveria obedecer a certas regras, uma delas referia-se ao limite territorial, caso contrário, ficaria à mercê da distribuição de terra. A outra era a proibição de participar da produção primária, devendo ficar no âmbito da transformação agroindustrial, industrialização e comercialização de

produtos do campo¹³. (MACKNLAY, 2008, p. 166).

Porém, para a globalização neoliberal, expressa no país através do NAFTA, estes impedimentos constitucionais representavam um perigo para o sucesso do acordo. Necessitando, desta maneira, de uma mudança radical em seu paradigma, como podemos observar comparando o terceiro parágrafo do artigo 27. Estas transformações permitiram o avanço da mercantilização da terra, uma vez que:

La nueva ley agraria liberalizó los controles del grupo y creó los mecanismos jurídicos para que, bajo determinadas condiciones, los ejidatarios (y eventualmente los comuneros) pudieran ceder los derechos de usufructo sobre sus recursos - en conjunto o individualmente -, parcelar sus tierras, ponerlas en manos de terceros para su explotación e incluso enajenarlas (DIAZ-POLANCO, 1998, p. 131).

Estas mudanças constitucionais atingiram principalmente aos grupos indígenas, pois acabaram, de uma vez por todas, com a possibilidade de alcançar o usufruto direto e coletivo de seus territórios, acentuando o individualismo e desintegrando o sentido comunal da terra e das relações.

Los cambios que se han hecho son planes e ideas extranjeras que nos van a conducir nuevamente a la esclavitud como antes se hacía. El Tratado de Libre Comercio no beneficiará a nosotros los campesinos de México, porque se carece de mucha maquinaria capaz de poder competir por ellos mismos. El gobierno mexicano se deja enajenar fácilmente por gobiernos extranjeros. (EZLN, 1994, p. 153)

Sendo assim, antes da promulgação da Lei Agrária de 1992, o agronegócio tinha dificuldade em expandir-se, uma vez que não poderia produzir produtos primários, ficando limitado à sua transformação. Este setor econômico, na era liberal, expandiu-se para a produção primária, o que significou grande prejuízo para a produção camponesa e indígena, também, o fim da Companhia Nacional de Subsistências Populares (CONASUPO, criado em 1962 e desintegrada em 1999), responsável pela regulação de preços dos produtos de consumo popular, subsídios, e importação de grãos básicos; afetou muito a produção camponesa e acentuou o privilégio do agronegócio.

Como vimos, as mudanças constitucionais e a assinatura do NAFTA acentuaram o processo de uma nova reconfiguração territorial do estado de Chiapas, na qual privilegia:

13 Porém, não é verdade que as sociedades mercantis não intervinham na produção primária. De fato, ficou a cargo de pequenos produtores e empresas *ejidales*, porém empresas transnacionais (como Nestlé, Del monte, General Foods, entre outras) desenvolveram uma importante participação na economia (MACKINLAY, 2008, p. 167).

a apropriação dos recursos naturais estratégicos às empresas transnacionais; a propriedade privada da terra (onde atualmente a produção está direcionada para a palma africana, por exemplo); obras infraestruturais que objetivam facilitar o escoamento de mercadorias, como é o caso do projeto de integração regional *Plan-Puebla-Panamá*, e ainda, a construção das chamadas Cidades Rurais Sustentáveis, entre outras¹⁴.

Acentuou-se a marginalidades dos já pauperizados, por meio da violência exercida tanto pelo Estado quanto por grupos paramilitares, além das políticas governamentais de caráter assistencialista, que atuaram como uma violência simbólica, capaz de desarticular as experiências que visavam resistir a estas reconfigurações geográficas.

Diante deste cenário, houve uma resposta motivada pela raiva, que apontava construir um “outro mundo”, através da afirmação da dignidade e da criação da autonomia; onde o povo manda obedecendo. Nos próximos capítulos, iremos discutir sobre o projeto zapatista como uma alternativa contra-hegemônica atual.

14 Para saber mais, indicamos o artigo do colombiano Héctor Mondragón, “Empresa Colonial, Ontologia e Violência”, publicado pela Revista Agrária nº17 (Dpto. de Geografia Agrária da USP), na edição especial a respeito do Seminário organizado organizado 2013 “Terra, alimento e liberdade: o que você alimenta quando se alimenta?”. Neste trabalho, o autor analisa como os Projetos de Integração em vigência em vários países latino-americanos anulam os direitos coletivos, aprofundando as desigualdades por meio da violência nos seus variados níveis.

Capítulo II – Das bases formativas do EZLN à conformação territorial autônoma

Nuestros pueblos son y serán forjadores y dueños de su propia historia.
Comandante David

1 Antecedentes da organização política na Selva Lacandona: Teologia da Libertação e Dom Samuel Ruiz

A partir da década de 1960 começa um movimento de renovação da ação evangelizadora da Igreja Católica na América Latina. Esta ruptura deve-se a um primeiro pontapé dado pelo Concílio do Vaticano II, que reuniu bispos de diversos países. Esta reunião, que deu voz ao Cristianismo da Libertação, teve sua primeira sessão em 1962 e sua última em 1965.

Foi no Concílio que surgiu a “Teologia da Libertação”, conhecida também como a Igreja dos Pobres, fortemente influenciada pela conjuntura da época (o contexto do pós-guerra, que incentivou a criação de novas teologias; a Revolução Cubana alimentando a ebulição social de norte a sul e o surgimento de um pensamento social latinoamericano, com destaque para a Teoria da Dependência¹⁵). O Concílio permitiu uma nova visão acerca das ações da Igreja para com a realidade de miséria e violência a que estavam submetidos (e continuam estando) os povos do continente.

Para Michael Löwy, a Teologia da Libertação:

“[...] crítica, de uma maneira o menos comprometedor possível, as consequências perniciosas e malignas que um certo tipo de progresso econômico, o liberalismo e a civilização moderna trazem para os pobres da América Latina. Essa crítica combina elementos tradicionais – isto é, referência aos valores sociais, éticos e religiosos pré-modernos – e valores da própria modernidade” (LÖWY, 1991, p. 104).

Em Chiapas, a influência deste novo paradigma teológico foi decisiva para a formação e organização política dos indígenas em diversos rincões da Selva, e também para o que mais tarde veio a se formar na selva Lacandona: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

¹⁵ A teoria da dependência apareceu como uma teoria ao desenvolvimentismo, foi criada no bojo da Cepal, que abrigava intelectuais como Ruy Marini, Theoronio dos Santos, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. “A teoria da dependência, de grosso modo, explicava que a situação de pobreza vivenciada na América Latina era fruto da exploração gerada por sua dependência estrutural frente aos países desenvolvidos do sistema capitalista, dependência esta que somente poderia ser extinta com uma transformação estrutural que acabasse com o sistema econômico capitalista em vigência”. (ANDREO, 2011, p.90).

Foi na figura de Samuel Ruiz Garcia (1924-2011), bispo da Diocese de San Cristóbal de las Casas (1945-1999), que os ideais de libertação ganharam forma. Apesar da sua formação familiar, política e teológica serem conservadoras e anticomunistas, Samuel Ruiz sofreu uma forte transformação depois de participar de uma série de eventos¹⁶ que gestaram da Teologia da Libertação.

A partir do encontro com os ideais que a Teologia da Libertação trazia, Dom Samuel Ruiz deixou de lado o tradicional paternalismo indigenista que a Igreja adotara desde a Conquista na região, para começar a atuar politicamente nas comunidades, pois acreditava que a situação socioeconômica da população indígena e camponesa de Chiapas era fruto de um assunto estrutural e sistêmico, fruto de um capitalismo liberal avassalador e destrutivo para com os mais pobres. Para ele, a integração à sociedade nacional poderia tornar ainda mais precária a vida deles, e o mais certo seria conscientizá-los da opressão à qual estavam submetidos.

Uma das ações comandadas por Dom Samuel Ruiz foi a criação de “cooperativas, centros educacionais de treinamento e capacitação (...) com o intuito de que os próprios [indígenas] criassem condições para sua autolibertação, além de reforçar a coesão comunitária e estimular o trabalho coletivo” (ANDREO, 2013, p. 123). Ações como estas foram importantes para eles, uma vez que naquela época havia um acentuado crescimento da produção de gado, o que significou uma pressão sobre as terras comunais e, conseqüentemente, em suas produções agrícolas.

Diante deste cenário, entre tantas estratégias adotadas pelos indígenas, houve uma onda intensa de migração de tzetales¹⁷ para a Selva Lacandona (nos anos de 1970), onde formaram novas comunidades, muitas vezes compostas também por outras etnias. Este ocorrido obrigou os indígenas a regularizar a posse das terras que ocupavam e, neste processo, tiveram que lidar com os poderosos latifundiários e madeireiros, impondo a organização e a resistência às ameaças e conflitos gerados por esse embate.

A maioria desta população migrante advinha da zona dos Altos, expulsos pela pobreza que assolava a região, além de conflitos religiosos e territoriais¹⁸. A forma como se organizavam as comunidades eclesiais de base, na qual havia um estímulo para a

16 Além do Concílio do Vaticano, o Encontro Episcopal de Medellín (Colombia), contribuiu para o fortalecimento da Teologia da Libertação.

17 Etnia de origem maia.

18 “En 1940 la selva lacandona tenía 2 millones de hectáreas boscosas, y en 1994 300,000 hectáreas. En 30 años se desforestaron 1,700.000 hectáreas. En 1950 la selva tenía 3,000 habitantes, en 1994, 500,000. Las hidroeléctricas construidas en territorio chiapaneco generan el 65% de toda la energía del país pero la mayor parte de las comunidades no están electrificadas. Por otra parte, en los últimos 28 años hubo 132 expulsiones, muchas de ellas violentas, de indígenas protestantes de por lo menos 12 comunidades de los Altos y límites de la selva lacandona, en defensa de la “costumbre”. Muchos de los expulsados fueron a colonizar la selva” (FÁBREGAS, 1994).

participação dos indígenas, teve muita importância para a politização dos novos habitantes da Selva, os quais acabaram por formar as primeiras fileiras de militantes do FLN¹⁹ anos mais tarde. A Igreja, naquela época, passou a adotar a Catequese do Exôdo²⁰, pois os indígenas também viam a Selva Lacandona como uma espécie de 'terra prometida', na qual estariam salvos da exploração e violência dos fazendeiros. Foi uma maneira de legitimar a luta pela terra.

As propostas de renovação e a política socioeconômica impulsionada por Samuel Ruiz tiveram como consequência a valorização da cultura pelos próprios indígenas. Ruiz acreditava que a partir desta estratégia eles mesmos se convenceriam o quão era importante se unirem e permanecerem em suas terras e multiplicar seus conhecimentos e práticas culturais (ANDREO, 2013).

Em comemoração ao centenário da chegada do primeiro missionário, Frei Bartolomé de las Casas²¹, o Governador do estado de Chiapas, Manuel Velasco Suárez, pediu à Diocese de San Cristóbal de las Casas para organizar um Congresso com o propósito de mostrar o folclore indígena, ficando a cargo de Dom Samuel Ruiz a organização do evento. Porém, o que o governador não esperava é que o trabalho realizado pela Diocese, no sentido da libertação e organização dos povos indígenas, se expressasse de maneira tão contundente (ANDREO, 2013).

1.1 O Congresso de 1974

Desta forma, em 1974, ocorreu o Primeiro Congresso Indígena de Chiapas, entre os dias 14 e 17 de outubro. Tal Congresso contou com a presença de observadores e cobertura nacional e internacional, reunindo aproximadamente 237 comunidades indígenas, com 587 delegados da etnia tzetal, 330 da etnia tzotzil, 152 da etnia tojolabal e 161 da etnia chol, com sessões de tradução simultânea nos 4 idiomas nativos e mais o espanhol. Este evento expressou a necessidade de reunir forças para enfrentar juntos a violência estrutural a qual, todas as etnias participantes, estavam submetidas. (ANDREO, 2013).

De maneira geral, as discussões nas mesas de debate (divididas em 4 eixos principais: terra, educação, saúde e comercialização) foram fruto de discussões

19 A FLN, Fuerzas de Libertación Nacional, foi o grupo insurgente mexicano fundado em 1969 e que veio a formar o EZLN, do qual falaremos mais adiante.

20 A Catequese do Exôdo se desenvolveu a partir das leituras do Evangelho de São Lucas, que exprime a liberdade aos oprimidos e prosperidade na terra prometida.

21 Frei dominicano espanhol que se destacou por seu trabalho junto aos indígenas durante os primeiros anos de colonização, chegando a ser bispo de Chiapas (que na época pertencia à Guatemala até o ano de 1821), sendo perseguido pelos próprios espanhóis.

amadurecidas primeiramente nas comunidades, que escolheram seus delegados para dar voz aos seus problemas e demandas. Ficou muito claro a influência do trabalho realizado pela Diocese liderada por Samuel Ruiz, fortalecida pela Teologia da Libertação. A questão da territorial foi amplamente debatida, com uma parte especialmente dedicada ao assunto intitulada “*Acuerdos sobre la tierra*”, com o subtítulo “*La tierra es de quien la trabaja*” (ANDREO, 2013, p.197), demonstrando a influencia dos ideais revolucionários de Zapata. Neste ponto, chegaram a debater sobre a união das diferentes etnias e comunidades no que toca a produção, comercialização e preços do café.

Foi um momento no qual as 4 etnias debateram pela primeira vez os problemas em comum, denunciando o Estado, políticos e fazendeiros. Este fato deu início a inúmeras redes de solidariedade e de cooperação intercomunitárias, através de projetos agropecuários que iam da produção à comercialização, em torno de organizações camponesas.

Al asumir la iniciativa para enfrentar sus problemas sociales, agrícolas y económicos, estos actores diversificaron sus relaciones con los gobiernos municipal, estatal y federal y ganaron en experiencia de negociación y conflicto, así como de organización interna. El proceso de organización intercomunitario e interregional desencadenó una dinámica de motivaciones y expectativas sociales que se confirmarían en la vida, en los logros visibles en las comunidades: adquisición de transportes colectivos, clínicas, escuelas rurales, mejoras en los sistemas de producción y comercialización de café y ganado. (...) Todo ello redundaba en la generación de más confianza en ellos mismos y en la esperanza nada utópica de seguir mejorando sus niveles de vida y conservar su autonomía frente al corporativismo inducido gubernamentalmente. (SAAVEDRA, 2007, p. 352)

Diante de um entorno econômico adverso e de uma política nacional que ignorava as dificuldades que os indígenas passavam, o Congresso fortaleceu a união dos indígenas de Chiapas e do restante do país, em um processo sem volta de consciência da situação em que estavam, resultando em 1983, na criação de uma nova entidade que objetivou dar voz às suas demandas de transformação social radical, formaram-se as condições para a criação de uma força subversiva mais intensa: uma guerrilha em plena Selva Lacandona.

2 Da Clandestinidade ao Ya basta!

*Somos la dignidad rebelde.
Somos el corazón olvidado de la patria.
Somos la morena sangre que en las montañas
ilumina nuestra historia.*
Subcomandante Insurgente Marcos

O que hoje conhecemos como Exército Zapatista de Libertação Nacional teve sua origem na amálgama entre três setores distintos. O primeiro seria um pequeno grupo urbano, formado por pessoas de classe média, estudantes, professores, médicos, engenheiros, etc, que observava a via pacífica como esgotada, e buscava reunir forças e conscientizar o povo para uma transformação no sentido marxista-leninista, para uma futura guerra contra o Estado, mas que se distanciava do socialismo por não programar uma data ou uma forma para dada revolução, a ideia era preparar-se para um momento em que a guerra seria o único caminho possível.

Na obra de Yvan Lebot *“El sueño zapatista”*, que realizou uma série de entrevistas com o Subcomandante Marcos, a “pré-história” do movimento é contada em detalhes pelo personagem mais enigmático do zapatismo. E ele conta no livro que durante o período de formação desta agremiação, não receberam nenhum apoio dos movimentos de liberação latino-americanos, pois consideravam esta ideia de “preparar-se para a guerra” perigosa e achavam que no México não deveria haver um fato histórico revolucionário deste tipo, pois o país se configurava geograficamente como uma retaguarda para o restante da região.

Se distanciaram também das guerrilhas que se multiplicavam naquele momento no restante do continente por optarem em agir em completo silêncio, e armando-se conforme conseguiram reunir gente, que aportariam recursos econômicos para tanto, sem optar por sequestros e outros subterfúgios para bancar a organização.

Neste sentido, este grupo se caracterizava por não se centrar muito das discussões teóricas do que seria o marxismo ou o leninismo, aproveitando destas discussões para pensar a realidade da própria política mexicana, situar este discurso e as estratégias de ação na realidade concreta do país. Isto porque, segundo Marcos, compunha este setor clandestino professores com um conhecimento profundo da história do México, que poderiam obter prestígio em qualquer universidade do mundo, mas que optaram por estarem lutando. Porém, nota-se que não deixaram de lado a influência dos movimentos

de libertação latino-americana, uma vez que a trazem no próprio nome.

O segundo grupo, que Marcos chama de uma “elite indígena politizada”, que já se encontravam com uma experiência de luta e organização, e que haviam também chegado à conclusão que não haveria transformações que não passassem pelas armas, pela violência. Estes dois grupos se conhecem, e coincidem que era necessária a criação de um exército regular, e de uma articulação em torno de um território; veem a Selva Lacandona, pela sua característica natural, pelo isolamento, o lugar ideal e em novembro de 1983 fundam o EZLN, em um acampamento chamado “*La Pesadilla*”, que mais tarde ganhou o nome de “*La Realidad*”.

Este grupo ficou isolado (política e fisicamente) até 1985, sem contar com o apoio das guerrilhas latino-americanas (além dos motivos explicados, este grupo inicial considerava que deveriam se configurar mais como um exército no estilo de Zapata e Villa, do que como uma guerrilha), e contando com a desconfiança das comunidades indígenas locais, vivendo de caça e extrativismo da região, que é bastante inóspita. Decidiram por permanecer pois o local era ideal, pois inóspito seria para os soldados oficiais quando a hora chegasse.

Aos poucos a “elite indígena” (resultado do Congresso de 1974) começa a fazer os primeiros contatos com os chefes das comunidades indígenas, pois era um momento de muita violência e repressão por parte dos latifundiários através de seus guardias blancas. Isso colaborou para que o indígena se afeiçoasse à causa, pois sentia a necessidade de armar-se e aos poucos convencendo-se também da urgência de uma transformação estrutural. Colaborou para este voto de confiança o fato de este grupo estar há bastante tempo na montanha, o que impressionava os próprios indígenas dali, que tinham medo e jamais dormiam por lá, exceto em temporadas de caça.

Este terceiro setor que adere ao EZLN, entrou para aprender a defender-se através de acordos de intercâmbio para com o núcleo do grupo, enviando os jovens da comunidade para o treinamento e auxiliando o grupo na logística relacionada à alimentação e outras questões básicas. Neste momento que o “elemento indígena” passa a ser enxergado pelas suas especificidades, visto por uma lupa, desvenda-se como algo grandioso:

Es una especie de traducción enriquecida de la perspectiva de la transición política. La idea de un mundo más justo, todo lo que era el socialismo a grandes rasgos, pero digerido, enriquecido con elementos humanitarios, éticos, morales, más que propiamente indígenas. De pronto, la revolución

se transforma en algo esencialmente moral. Ético. Más que el reparto de la riqueza o la expropiación de los medios de producción, la revolución comienza a ser la posibilidad de que el ser humano tenga un espacio de dignidad. La dignidad empieza a ser una palabra muy fuerte. No es un aporte nuestro, no es un aporte del elemento urbano, esto lo aportan las comunidades. De tal forma que la revolución sea el garante de que la dignidad se cumpla, se respete. (LE BOT, 1997, p. 145).

Foi neste encontro que a “questão indígena” torna-se o centro da luta zapatista. Houve uma absorção de suas demandas, as mesmas levadas no Congresso de 1974, assim como o modo de ver e fazer política. Desta forma, sem perder de vista a influência do pensamento marxista-leninista, a organização guerrilheira é transformada em uma inovadora estratégia que consiste em uma luta pela utopia de “*un mundo donde quepan todos los mundos*”.

A proposta armada vestiu-se, então, da tradição indígena. Trata-se de um processo no qual o EZLN passou a ser o braço armado de uma longa história de resistência das comunidades, os guerrilheiros tornam-se indígenas, os indígenas tornam-se rebeldes e, todos juntos, os rebeldes zapatistas. (LAO, 2011, p. 44)

Foi assim que o EZLN foi ganhando cada vez mais homens e mulheres querendo se juntar à luta armada, através de um convencimento por vias clandestinas. Foi um processo organizativo de 11 anos, que se baseou na confiança em absoluto silêncio. Porém, houve também famílias e comunidades inteiras que não aderiram ao projeto zapatista, por diversos motivos, entre eles o medo da guerra que estava por vir e também da repressão.

Para aqueles que decidiram pela *rebeldía*, ou seja, pela adoção da estratégia de luta armada, buscando ser reconhecido e respeitado como indígena, além da luta pela possibilidade de participar da vida política do país, em iguais condições e contra o “mal governo”²², abrem-se dois caminhos: de tornar-se *miliciano*, através de treinamento militar ou de tornar-se *base de apoio*, que são as famílias que fazem parte da frente civil do EZLN, que atualmente são o poder político de fato e que, durante a fase de mobilização clandestina, sustentaram econômica e moralmente os guerrilheiros.

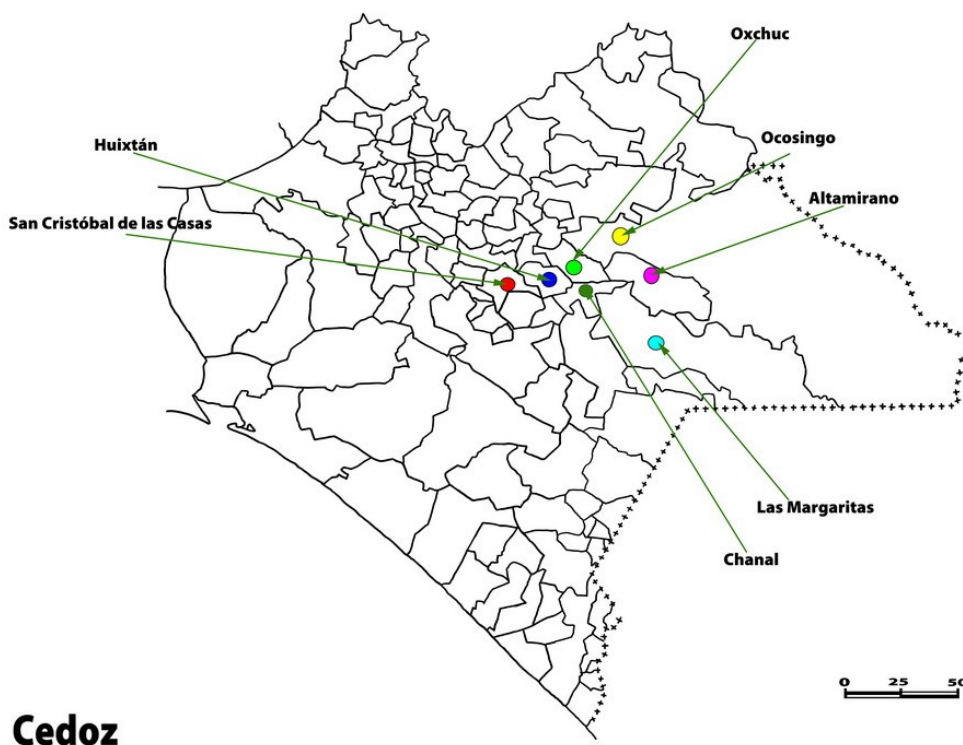
Em 8 março de 1993²³, em uma Assembleia Comunitária, decidiu-se pelo dia do levante. Nesta mesma assembleia, as mulheres exigiram a aprovação de uma lei

22 Mal governo é a designação dada pelo EZLN para o governo oficial, que traduz a forma como este se relacionada com o restante da população mexicana.

23 8 de março é o Dia Internacional das Mulheres e não é sem razão que ele é um marco na história do EZLN, pois elas foram – e ainda são – fundamentais para o sucesso da empreitada, desde a época da clandestinidade até os dias de hoje.

revolucionária específica²⁴, feita para protegê-las, reconhecer direitos específicos e sua inclusão na luta armada.

No primeiro dia do ano de 1994, data que marcaria o início do TLCAN ou NAFTA, cerca de 3.000 indígenas armados, cobrindo os rostos para serem vistos²⁵, declaram formalmente guerra contra o Estado mexicano e ocupam a sede de sete cidades do estado de Chiapas: Altamirano, Chanal, Las Margaritas, Ocosingo, Oxchuc, Huixtán e San Cristóbal de las Casas (ver mapa 2, abaixo).



Cedoz

Mapa 2: Cidades tomadas durante o levante em 1994 / Fonte: Centro de Documentación sobre Zapatismo, <http://www.cedoz.org/>

3 Os caminhos da construção da autonomia zapatista: as Declarações da Selva Lacandona e os eventos solidários

Neste dia, através da Primeira Declaração da Selva Lacandona²⁶, lançam seu grito de “*Hoy decimos Basta!*”, assinado pelo *Comité Clandestino Revolucionário Insurgente (CCRI)* e pela *Comandancia General del EZLN*. Neste documento falam que são

24 Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993_12_g.htm> Acesso em nov de 2015

25 "Esto somos nosotros. El EZLN. La voz que se arma para hacerse oír. El rostro que se esconde para mostrarse. El nombre que se calla para ser nombrado. La roja estrella que llama al hombre y al mundo para que escuchen, para que vean, para que nombren. El mañana que se cosecha en el ayer", Fragmento do discurso inaugural da Major Ana María, durante o Primeiro Encontro Intercontinental por la humanidad em contra del neoliberalismo em 27 de julho de 1996.

26 As Declarações da Selva Lacandona estão disponíveis em <<http://www.cedoz.org/site/content.php?cat=10>>, visitado em 29 de outubro de 2014.

“producto de 500 años de luchas históricas”, que vão da escravidão, passando pela guerra de Independência, também contra o expansionismo norteamericano, contra França e contra Porfírio Diaz.

Afirmam ainda que seriam os herdeiros legítimos de todos aqueles que forjaram a verdadeira nacionalidade, de Pancho Villa, Emiliano Zapata, os heróis da independência, e de todos aqueles que são, como eles, despossuídos. Colocam sobre a mesa o que sempre lhes foi negado, a cidadania. Não citam em nenhum momento a palavra indígena, pois acreditam que não é uma luta apenas deles, mas de todos os excluídos. Convidam toda sociedade nacional a juntar-se à “justa luta”, apresentando, na Primeira Declaração suas onze demandas: trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Apegam-se à bandeira mexicana e à constituição mexicana, exigindo a aplicação do Artigo 39:

“La soberania nacional reside esencial y originalmente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno” (Artigo 39, Constituição dos Estados Unidos Mexicanos).

Desta forma, denunciam o exército mexicano por sustentar um sistema ditatorial que mantém o monopólio de um só partido e pedem novas eleições no mesmo ano, de modo a depor o Presidente em exercício, Carlos Salinas de Gortari. Mostraram-se, desde o primeiro momento, como algo que se diferenciava de outras experiências guerrilheiras no continente, pois não propunham a tomada de poder do Estado, mas sim o direito dos *“pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas”* (EZLN, 1994).

Com o levante, inicia-se um período de 12 dias de combate em Chiapas e, na outra frente, uma guerra midiática promovida pelo Governo, na qual o próprio Presidente acusava os Zapatistas de ser um exército de mercenários estrangeiros que, não fazendo parte do mundo indígena, eram um grupo que viera para acabar com a tranquilidade nas comunidades. A força bélica dos dois exércitos era desproporcional, houve muitas mortes de zapatistas e, graças à sociedade civil nacional e internacional, que exigiu do Presidente Carlos Salinas que recuasse, no dia 12 de janeiro de 1994 o governo decreta cessar o fogo.

Foram nestes primeiros dias que ocorreu a recuperação de terras liberadas das mãos de fazendeiros, e que foram transformadas em 24 Municípios Autônomos Rebeldes

Zapatistas (MAREZ). A constituição destes municípios possibilitou às bases de apoio em rebeldia construir a autonomia a partir dos trabalhos na terra, de forma coletiva.

Com o cessar fogo por parte do governo federal foi proposta uma mesa de diálogo, que foi aceita pelo EZLN com a condição de que a mediação fosse feita pelo bispo Samuel Ruíz. Ocorreram então o que foram chamados de “Diálogos da Catedral”, com a presença dos comandantes do CCRI e do Comissário para a Paz e Reconciliação de Chiapas, Manuel Camacho Solís, nomeado pelo presidente.

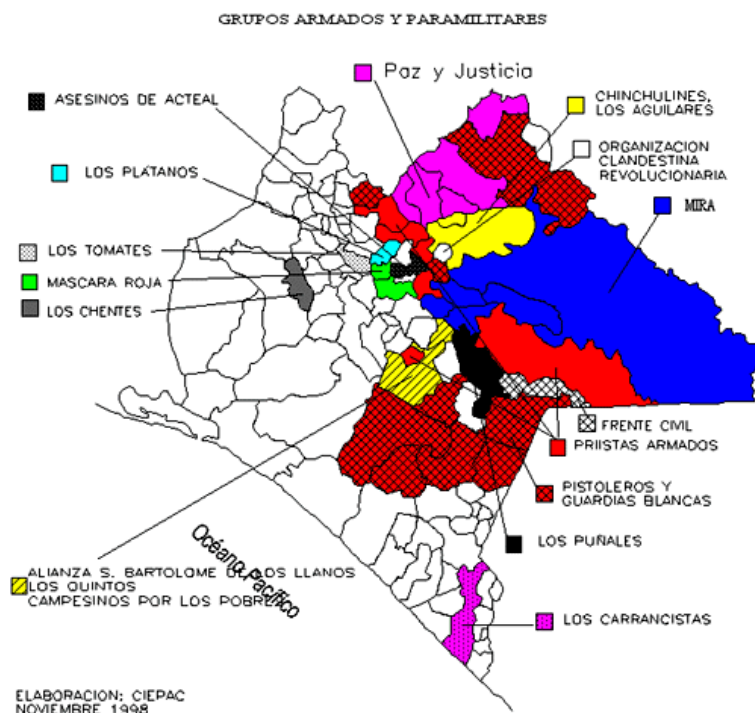
Os Diálogos ocorreram entre os dias 21 de fevereiro e 3 de março, com o saldo de 32 propostas feitas pelo governo e 34 pelos zapatistas. Depois de consultarem as bases, *“respondieron con un 'NO' a las propuestas gubernamentales, al tiempo que decidieron mantener el cese al fuego y abrir un diálogo con la sociedad civil”* (LAO, 2011, p. 115).

No meio do ano de 1994, os zapatistas lançaram a Segunda Declaração da Selva Lacandona, na qual confirmam sua via pacífica para uma transição democrática e chamam à Convenção Nacional Democrática (CND), a primeira aproximação com a sociedade civil, ocorrida em agosto do mesmo ano, para a qual foi construído o primeiro Aguascalientes²⁷. Em dezembro do mesmo ano, ambas as partes, EZLN e Governo Federal, aceitam a mediação da Comissão Nacional de Intermediação (CONAI), dirigida por Samuel Ruiz, com o intuito de conduzir os diálogos entre ambas as partes. No ano de 1995 ocorreram eventualidades determinantes para a compreensão da continuidade histórica do EZLN. Uma delas é o lançamento da Terceira Declaração da Selva Lacandona, que se caracterizou por ter sido um chamado para que a sociedade civil como um todo integrasse um Movimento pela Libertação Nacional.

E a outra foi que em fevereiro o presidente do PRI, Ernesto Zedillo (1994-2000), que foi o responsável pela ampliação da chamada “guerra de baixa intensidade”²⁸ fecha o cerco de repressão às comunidades, ordenando a prisão de lideranças, incluindo o Subcomandante Marcos que tem, supostamente, sua identidade revelada (Rafael Sebastián Guillen Vicente). Abaixo vemos no mapa a distribuição dos principais grupos paramilitares de enfrentamento ao EZLN, em Chiapas.

27 Os “aguascalientes” foram espaços criados nas comunidades para um encontro político e cultural entre as comunidades e a sociedade civil de maneira geral, com o objetivo de evitar o isolamento da luta zapatista. O nome faz referência ao lugar onde ocorreu a Convenção da Revolução Mexicana em 1914.

28 A guerra de baixa intensidade (GBI) faz parte das ações dos EUA, trata-se de uma confrontação político-militar entre estados ou grupos, na qual se baseia em ações prolongadas de princípios e ideologias e se desenvolve em uma combinação de meios políticos, econômicos, de informação e militares. Está para além de uma confrontação nos termos de uma guerra convencional. Trata-se de ações de contra insurgência, antiterroristas e se conforma, em geral, na criação de grupos paramilitares.



Mapa 3: Distribuição dos grupos armados e paramilitares em Chiapas. / Fonte: www.nodo50.org

Em resposta, houve grandes mobilizações por todo o país, e em março o Governo lança uma nova proposta de diálogo através da criação da Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA), e iniciam-se os “Diálogos de San Andrés” (que leva o nome da localidade que recebeu o evento), que foi a mais profunda experiência de diálogo ao longo de toda a trajetória zapatista e na qual, durante os meses em que ocorreram as mesas de diálogo, ficou suspensa a apreensão e os operativos militares na região.

Os Diálogos de San Andrés foram marcados por inúmeras interrupções, ocasionadas por ofensivas por parte do Governo Federal, mesmo assim em fevereiro de 1996, depois de muitas discussões, é firmado o primeiro Acordo de San Andrés Larrainzar, referente aos “Direitos e Cultura Indígena”. Em março começa a segunda mesa de diálogo, que versaria sobre “Democracia e Justiça”.

Porém, mesmo com alguns pontos firmados na primeira mesa, o Governo não avança em ações concretas, como o reconhecimento dos povos indígenas na constituição e, pelo contrário, avançava na militarização. Diante disso, em setembro de 1996 o EZLN se retira da Mesa de Diálogos de San Andrés, alegando não haver condições básicas para a continuação das negociações.

Em outubro de 1996 o EZLN promove o Congresso Nacional Indígena (CNI) na Cidade do México, na tentativa de fazer valer os acordos firmados na primeira mesa. Mais

importante que o Congresso em si foi o fato de que uma caravana²⁹ composta por zapatistas saiu de Chiapas percorrendo uma longa distância até a capital, o que mobilizou um debate nacional sobre a legalidade de tal feito. Esta viagem simbolizou uma

“vitória porque romperam muitos cercos: um geográfico, porque ultrapassou os limites territoriais impostos ao EZLN; outro jurídico, porque todos os argumentos legais contra o livre-trânsito da delegação zapatista demonstraram ser insustentáveis; e ainda o político, porque o governo foi incapaz de conquistar o apoio popular nacional e internacional e claramente a correlação de forças se inclinou para o EZLN, o Congresso Nacional Indígena, a Frente Zapatista, e à sociedade civil, que com suas organizações o apoiou” (HERRERA, 1998).

Em 22 de dezembro de 1997 ocorreu algo que marcou definitivamente o histórico de horror e violência contra as comunidades indígenas do país: o Massacre de Acteal, no qual 45 pessoas foram brutalmente assassinadas por um grupo paramilitar, chamado *Máscara Roja*. Tal massacre obteve uma repercussão internacional gigantesca, e até os dias de hoje este acontecimento permanece impune. Esta fatalidade funcionou como um desmobilizador, sendo capaz de paralisar uma caravana nacional que estava sendo promovida pelos zapatistas, que iria percorrer todo o país com o objetivo de consolidar ainda mais os laços de solidariedade para com a sociedade organizada.

Em decorrência disso, a Quarta Declaração da Selva Lacandona reflete em palavras a tensão que se vivia naquele momento, em que a estratégia paramilitar criada por Zedillo (através de organizações como *Máscara Roja* e Paz e Justiça), provocou cerca de 320 mortes e 21 mil refugiados. Na Declaração, há uma reflexão acerca deste processo de acirramento da violência e das táticas de contra insurgência, e por isso, começam a articular relações mais contundentes com o resto do país, através da criação da Frente Zapatista de Liberação Nacional (FZLN), na tentativa de construir uma política de novo tipo, propondo uma Reforma do Estado, que seria articulada através de comitês regionais da sociedade civil mexicana. O EZLN reafirma com esta proposta o caráter popular, a separação da parte militar da parte civil e a negação ao vanguardismo.

O ano de 1998 foi marcado pelo cancelamento, por parte do governo federal, dos compromissos firmados durante o Acordo de San Andrés e também pelo crescimento das ações de xenofobia e violência, que seriam promovidas pelo governo mexicano; ações denunciadas por organizações internacionais de direitos humanos. Em decorrência deste agravo, por considerarem um instrumento esgotado, as autoridades da CONAI renunciaram.

29 Conhecida como Caravana dos 1.111, o número de integrantes zapatistas que participaram do evento

A Quinta Declaração da Selva Lacandona, ocorrida em julho de 1998, denunciou a guerra de extermínio e lançou uma Consulta Nacional, que objetivava o reconhecimento dos povos indígenas em todos municípios do país, na qual se perguntava as seguintes questões aos cidadãos mexicanos:

- 1) ¿Estás de acuerdo en que los pueblos indígenas deben ser incluidos con toda su fuerza y riqueza en el proyecto nacional y tomar parte activa en la construcción de un México nuevo?
- 2) ¿Estás de acuerdo en que los derechos indígenas deben ser reconocidos en la Constitución mexicana conforme a los acuerdos de San Andrés y a la propuesta correspondiente de la Comisión de Concordia y Pacificación del Congreso de la Unión?
- 3) ¿Estás de acuerdo en que debemos alcanzar la paz verdadera por la vía del diálogo, desmilitarizando el país con el regreso de los soldados a sus cuarteles como lo establecen la Constitución y las leyes?
- 4) ¿Estás de acuerdo en que el pueblo debe organizarse y exigir al gobierno que “mande obedeciendo” en todos los aspectos de la vida nacional? MARCOS, Subcomandante. 1998. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1998/1998_12_11_a.htm> Acesso em 1 jul. 2015

A consulta ocorreu em março de 1999, e teve como resultado 95% de apoio à proposta zapatista (pelo sim), e contou com a participação de 2,5 milhões de mexicanos. Além do México, organizações ao redor do mundo se somaram como forma de incentivo e solidariedade, aplicando a consulta na Indonésia, EUA, Argentina, Alemanha e outros países.

Esta iniciativa ilustra algo importante e inovador na luta zapatista, a aproximação com a sociedade civil a nível nacional e internacional. Nesta experiência, integrantes do EZLN ocuparam praças e outros espaços públicos de todos os estados da república para escutarem o que a população mexicana tinha a dizer sobre a questão indígena, segundo nos comenta o Subcomandante Marcos:

“en la llamada quinta Declaración de la Selva Lacandona, los zapatistas convocaron a una movilización para demandar el reconocimiento de los derechos de los habitantes más primeros de estas tierras y para exigir el alto total a la guerra gubernamental de exterminio de indígenas (cuya nueva fase fue inaugurada, a sangre y fuego, por Ernesto Zedillo la madrugada del 22 de diciembre de 1997 en la comunidad de Acteal). Decidido ya a la guerra y abandonado ya todo compromiso real con el diálogo y la solución pacífica del conflicto, el gobierno de Zedillo había sepultado los acuerdos de San Andrés con el incumplimiento de su

palabra. Los zapatistas voltearon entonces a los lados y propusieron otro diálogo, el que debe y puede darse entre iguales, con respeto y dignidad. Acostumbrados al complicado juego del volado, con la convocatoria a la consulta los zapatistas apostaban no poco frente al Poder. Los poderosos de México apostaron a que el EZLN había ya perdido capacidad de convocatoria, a que (puesto que, para ellos, es un mero fenómeno mediático) los zapatistas habían perdido presencia en los medios de comunicación y, por ende, en el pensamiento y corazón de la gente, a que el olvido había logrado de nuevo recuperar su reino de cómodo escepticismo y cinismo cruel, y a que la política que arriba hacen los políticos de arriba no tendría rival que le disputara atención y trascendencia. (MARCOS, 1995)

No ano seguinte os zapatistas seguiram, por diferentes vias, tentando retomar o processo de paz com o governo do presidente Vicente Fox (2000-2006) do Partido Acción Popular (PAN). Porém, Vicente Fox, decepcionando a todos os que acreditavam em uma mudança, criou uma lei que derrubou os acordos assinados. Foi neste momento que o EZLN rompeu radicalmente com a política partidária tradicional, rejeitando relações com todos os partidos, mesmo com os mais “de esquerda”, pois aprovaram naquele ano por unanimidade, uma reforma constitucional que desconhecia os acordos firmados em San Andrés.

Prepararam então, em abril de 2001, a *Marcha del Color de la Tierra*,

una movilización sin precedentes en la historia de México, del Tercer Congreso Nacional Indígena y de la participación de la comandancia del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) en el Congreso de la Unión. También fue el año de la traición de la clase política toda, del desconocimiento oficial de los derechos y cultura indígena y de la búsqueda de otros caminos, no sólo para el movimiento indígena nacional, sino para muchos colectivos, organizaciones e individuos que a partir de ese momento tuvieron claro que con la interlocución con los partidos políticos, los gobiernos y las instituciones no llegarían a ningún lado. La autonomía y la autogestión en la práctica serían el esfuerzo siguiente. (MUÑOZ, 2011).

Graças a este tipo de posicionamento crítico à política partidária tradicional e pelo seu discurso que tem a característica de abranger também demandas globais, o EZLN tornou-se uma inspiração para tantos outros movimentos pelo mundo. Desde o levante, em 1994, teve a capacidade de envolver a sociedade civil³⁰ no processo de construção do projeto da autonomia e de denunciar a violência e subordinação, que não sofrem apenas

30 Para o subcomandante Marcos, “Todos coincidimos en que en enero de 94 lo novedoso, lo significativo, no era el alzamiento zapatista, sino esta insurgencia de la sociedad civil” (SANCHEZ, p. 132 apud Le Bot, 1997, p. 246)

os indígenas rebeldes de Chiapas, mas sim povos de todo o mundo frente ao capitalismo depredador de pessoas e do meio ambiente. Posicionam-se, desta forma, como um movimento antisistêmico³¹, como tantos outros que

“têm se manifestado como alternativas de resistência, tentando reverter a ordem neoliberal e colonial, criando outras formas autônomas e redes de solidariedade que sejam construídas desde abaixo. Tratam-se de movimentos contra-hegemônicos, anti-imperialistas, e anti-colonialistas³² (SANCHEZ, 2011, p. 122)

Em 2005, com o lançamento da Sexta Declaração da Selva Lacandona, o EZLN convidou indivíduos e setores organizados apartidários, “desde abaixo e à esquerda”, a formar um Programa Nacional de Luta, a fim de criar uma nova Constituição que levasse em conta as demandas do povo mexicano, regidos por princípios como o anticapitalismo, a igualdade de gênero, e a horizontalidade. Para tanto, deram início a uma jornada de do Delegado Zero (Subcomandante Marcos) a todos os estados mexicanos, visitando aqueles coletivos que se solidarizaram à luta, e que estavam dispostos a construir esse projeto em conjunto. Ficou muito marcado, neste momento, o distanciamento com o processo eleitoral, até mesmo dos partidos de esquerda. Porém, por causa de uma série de ofensivas paramilitares em comunidades chiapanecas, o EZLN cancelou esta iniciativa.

Ao final de 2005, ocorreu o Primeiro Encontro das Mulheres Zapatistas com as Mulheres do Mundo, que teve o intuito de compartilhar as experiências das zapatistas antes, durante e depois do levante. Na ocasião as mulheres relataram as violências que sofreram por conta o machismo e do sistema patriarcal. Desde a organização clandestina, as bases zapatistas tem formulado uma série de questionamentos para superar o machismo e o patriarcalismo na forma como se organizam e se relacionam. Graças a esta abertura para a discussão, as mulheres zapatistas garantiram que haja espaços de segurança na qual podem se expressar e exercer seus direitos como os homens.

A partir de 2006, o EZLN entrou em um período de silêncio. Ao contrário dos outros anos, marcados por festividades e encontros internacionais, não houve chamados para

31 Para saber mais sobre movimentos antisistêmicos ver obra do sociólogo estadunidense Immanuel Wallestein.

32 Outras experiências que conformam o rol que movimentos anti-capitalistas, ou alter-mundistas tiveram início em 1999 em Seattle, quando milhares de pessoas foram às ruas para impedir a reunião da OMC. Daí em diante ocorreram outras manifestações: contra a reunião do FMI em 2000 em Washington, manifestações na Argentina no mesmo ano contra as propostas da ALCA e na Europa contra os Fóruns Econômicos Mundiais. Em 2001 uma grande manifestação durante o encontro do G-8 teve a morte de um jovem italiano, Carlo Giuliani, na qual a cena do momento de sua morte vinculadas na internet com grande repercussão, mostra a violência estatal desproporcional [a que?]. Depois da queda das torres gêmeas em 2001, o movimento passou por uma mudança devido à ideologia do terrorismo pregada pelos EUA, daí surgindo a construção do Fórum Social Mundial. (SANCHEZ, p. 111)

que companheiros nacionais e estrangeiros fossem no território zapatista, e tampouco os indígenas chiapanecos se aventuraram em terras para além das suas. Porém, não podemos deixar de salientar que as ofensivas de paramilitares e do exército jamais foram cessadas.

Foi somente em 12/12/2012, após um período de refluxo das chamadas e aparecimentos públicos, milhares de zapatistas saem de suas comunidades de madrugada para marchar nas sedes dos principais municípios oficiais do território autônomo. Em profundo silêncio, no mesmo dia em que se anunciava o fim do mundo, de acordo com uma suposta previsão maia, provam que não são parte de um folclore, não estão mortos, mas que permanecem vivos e continuam em rebeldia. Demonstram, uma vez mais, a imensa capacidade de organização, uma logística capaz de movimentar suas bases de apoio, com disciplina mostram sua convicção pela organização em rebeldia através de um profundo silêncio. Algumas horas depois, apenas um breve comunicado oficial:

A QUIÉN CORRESPONDA: ¿ESCUCCHARON?

Es el sonido de su mundo derrumbándose.

Es el del nuestro resurgiendo.

El día que fue el día, era noche.

Y noche será el día que será el día. (MARCOS, 2012)

Para o ano de 2013 e 2014 organizaram as “Escuelitas Zapatistas”, na qual convidaram mais uma vez pessoas e organizações solidárias à construção do projeto autônomo para visitarem as comunidades zapatistas, por meio de uma vivência de uma semana junto a uma família base de apoio zapatista. O objetivo das Escuelitas seria o de promover o intercâmbio de saberes e experiências, fortalecer a rede de solidariedade e confirmar o convite a todos os participantes para construir a autonomia desde seus lugares de origem, e difundir os ensinamentos dados pelos professores das Escuelitas, os próprios indígenas. As Escuelitas, em seu primeiro nível³³, ocorreram em agosto e dezembro de 2013 e em janeiro de 2014, reunindo cerca de seis mil alunos de diversas partes do mundo³⁴.

3.1 Formação e organização do Território Autônomo Zapatista

33 O EZLN pretendia lançar outros níveis, ou seja, “Escuelitas” que discutiriam de forma aprofundada os variados temas pertinentes aos alunos. Mas, por conta de um ataque sofrido no caracol La Realidad em abril de 2014, as atividades relacionadas à Escuelita foram suspensas por tempo indeterminado.

34 Tive o prazer e a honra de participar como aluna da Escuelita Zapatista em janeiro de 2014, o que me inspirou e motivou este trabalho.

Seguindo uma das premissas zapatistas que diz “caminhar-perguntando”, o processo de construção da utopia a qual se propõe, de um mundo onde caibam todos os mundos, é longo. É através dele que descobrem novas veredas e questões a serem debatidas e reformuladas pelas suas bases de apoio. Foi a partir deste fundamento que, a partir de 2003, os zapatistas iniciaram uma nova etapa de organização interna, com o “propósito de consolidar sua autonomia e exercer os Acordos de San Andrés, sob um projeto anticapitalista, antisistêmico e que priorize a coletividade” (SANCHEZ, 2001, p. 165).

Esta iniciativa veio a separar a parte civil do EZLN (as bases de apoio nas comunidades) da parte político-militar³⁵, que é o CCRI (Comitê Clandestino Revolucionário Insurgente, os comandos militares que compõe este comitê, e desde o levante eles desempenharam funções importantes na tomada de decisões).

Porém, para seguir outra premissa zapatista do “mandar obedecendo”³⁶ - que representa a força da horizontalidade e do poder advindo das comunidades que decidem tudo por assembleia - os comandos militares passaram a ficar como guardiões e protetores das comunidades em resistência, recebendo ordens destes e intervindo apenas em casos especiais³⁷. Esta mudança vai na direção de um posicionamento que o EZLN tomou desde o princípio, de *não tomada de poder*, mas sim de exigir mudanças constitucionais para garantir aos povos indígenas a autonomia, através da autodeterminação e do autogoverno. Não nos aprofundaremos muito no debate acerca da autonomia, mas não podemos deixar de considerar alguns pontos importantes na compreensão do porque ela se tornou a base de todas as demandas zapatistas.

35 O Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI) abriga o Comando Geral do EZLN, tem uma estrutura hierárquico-militar, formada majoritariamente por indígenas, composta por Comandantes e “Comandantas” e pelo subcomandante Marcos, que atua como porta voz do Movimento, que depois do ocorrido em 2014, na qual um ataque de um grupo de paramilitares destruiu parte do Caracol da Realidad e com o falecimento de um dos professores da Escuelita Zapatista, que levava o codinome de Galeano, Marcos morreu e passou a usar o nome de Subcomandante Insurgente Galeano.

36 “No que se refere à relação com as comunidades zapatistas, o ‘mandar obedecendo’ foi aplicado sem distinção. As autoridades devem certificar-se de que sejam cumpridos os acordos das comunidades, suas decisões devem ser informadas regularmente, e o “peso” do coletivo, junto com o “passa a voz” que funciona em todas as comunidades, convertem-se em um vigilante do qual é difícil escapar. Ainda sim, ocorrem casos de pessoas que pretendem burlar isto e corromper-se, mas não vão muito longe. É impossível ocultar um enriquecimento ilícito nas comunidades. O responsável é punido, sendo obrigado a realizar trabalho coletivo e a repor à comunidade o que tomou indevidamente. Quando a autoridade se desvia, se corrompe ou, para usar um termo daqui, “está ociosa”, é removida do cargo e uma nova autoridade a substitui (MARCOS, 2003: 5ª parte).

37 Como foi o que ocorreu na ocasião da morte de Galeano, professor da Escuelita Zapatista. Segundo o Centro de Direitos Humanos Frey Bartolomé de las Casas, no dia 2 de maio de 2014, no Caracol La Realidad, localizado no Municipio Autónomo Rebelde Zapatista de San Pedro Michoacán, Chiapas (municipio oficial de Las Margaritas), foi atacado por integrantes da Central Independiente de Obreros y Campesinos Histórica (CIOACH), Partido Verde Ecologista de México (PVEM) e o Partido Acción Nacional (PAN) e que teve como consequência o assassinato de José Luis Solís López (codinome Galeano), professor da Escuelita Zapatista. <Para maiores informações disponíveis em www.enlacezapatista.org.mx, consultado em 29 de outubro de 2014>

A luta em torno da autonomia não é recente, ocorreu em tempos coloniais, no século XVI, no México, quando os indígenas exigiam que pudessem escolher suas próprias autoridades, com o objetivo de evitar os abusos inerentes àquela lógica que havia se estabelecido. A América Latina possui algumas experiências em que sua autonomia foi reconhecida em marcos jurídicos, como é o caso dos Kuna, que habitam a Comarca de San Blás, no Panamá, em 1925, a promulgação de um regime autônomo na costa da Nicarágua, como resultado da Revolução Sandinista, em 1979 (Diaz-Polanco, 2006). Existem ainda outros marcos jurídicos internacionais³⁸ que deram luz a uma nova forma de ver a questão indígena, rompendo com o tradicional indigenismo estadista³⁹.

No zapatismo, embora o conceito de autonomia não estivesse presente na primeira Declaração da Selva Lacandona e tampouco nos primeiros comunicados, a questão já estava imbricada no movimento. Para além da reivindicação do reconhecimento dos direitos indígenas, como um grupo identitário, o EZLN também se coloca como um movimento anticapitalista e, desta forma, contra o projeto neoliberal de Estado, este posicionamento ganha força através da transformação das relações sociais mais diretas e, sendo assim, a construção (e reivindicação) da autonomia zapatista se baseia nestas mudanças.

Vendo em perspectiva histórica, de como foi ocorrendo o distanciamento do EZLN com as formas tradicionais de política e de governança, a autonomia zapatista pode ser entendida como algo que foge da conceituação, que foi pensada e construída a partir das comunidades, um processo em contínua construção pelo e para o povo. É um guarda-chuva que abriga todas as outras demandas, que abriga a própria luta dos povos indígenas de Chiapas e que coloca para o resto da nação como horizonte. Politicamente, a autonomia é a garantia de permanência e manutenção da cultura e cosmovisão indígena, de seus modos de vida e, atualmente, dos territórios recuperados.

Desta forma, a primeira prática de construção desta autonomia, em rebeldia, foi a recuperação de terras no momento do levante. Além da terra, e da territorialidade a ela subjacente serem a base da reprodução da vida para os indígenas, os zapatistas neste momento também colocam outra questão: o posicionamento contra a propriedade privada da terra, que é um fundamento para o funcionamento do sistema capitalista. Ocupam e

38 Trata-se do Convênio 169 da OIT, que reconhece os indígenas como um grupo de direitos coletivos e diz que qualquer projeto que afete comunidades indígenas deve passar por uma consulta. Outro marco é a Declaração da ONU para os povos indígenas, de 1997, na qual afirma que os povos indígenas são iguais a todos e que suas diferenças devem ser reconhecidas e respeitadas.

39 As políticas indigenistas, aquelas articuladas pelo Estado, por meio de instituições que reúnem antropólogos e historiadores e que têm, como objetivo, incorporar os grupos indígenas à dinâmica nacional (ocidental e moderna) ignorando suas particularidades culturais e históricas.

recuperam terras de grandes latifundiários para fazer delas um uso coletivo e, nesse sentido, a terra é indispensável para o projeto político do EZLN⁴⁰.

A geógrafa Simone Resende da Silva, pesquisando sobre grupos quilombolas na Mata Atlântica (Brasil) contribuiu para a definição do processo de territorialização *desde abaixo*:

O processo de territorialização pressupõe a tensão nas relações estabelecidas, pois se um grupo se organiza em prol de territorializar-se ele está negando o lugar que lhe havia sido destinado, numa dada circunstância espaço-temporal, por outros grupos sociais melhor situados no espaço social pelo capital de que já dispõem. (...) Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida. A sobreposição de territórios implica necessariamente em uma disputa de poder. (RESENDE, 2008, p. 24, 25)

Foi nestes territórios, que construíram novos povoados, nos quais há parcelas para serem trabalhadas individualmente, mas são, essencialmente, terras comunais, baseadas em relações sociais *desde abajo y a la izquierda*⁴¹, na qual o trabalho coletivo é central para o fortalecimento da comunidade e para a concretização do projeto autônomo.

La perspectiva zapatista enfatiza la imprescindible base territorial de la autonomía zapatista, entendida como el reconocimiento, como parte del Estado mexicano, de su capacidad de regulación en un ámbito espacial delimitado y en el marco de competencias delimitadas y diferenciadas en relación con otros niveles de gobierno (GARCÍA, 2011, p. 162)

Em dezembro de 1994, criam 38 Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ). A rebeldia, como aparece no nome, é uma menção ao fato de não reconhecerem o governo fraudulento. Os municípios agregam certo número de comunidades autônomas zapatistas, e tem uma formação muito variada, uma vez que as comunidades foram originadas por distintos processos durante a ocupação nos territórios recuperados durante o levante. Por conta disso, cada município é muito variado culturalmente, e traz em sua origem a diversidade e o intercâmbio de experiências

40 A recuperação de terras deve obedecer à Ley Revolucionária Agrária, lançada publicamente em janeiro de 1994. Esta lei prevê que as terras recuperadas devem obedecer aos seguintes critérios (que são os da Lei da Reforma Agrária a nível nacional): extensões maiores de 100 hectares em más condições e/ou maiores de 50 hectares quando são de boa qualidade. Os proprietários afetados ficariam com o mínimo permitido, e o excedente seria repartido para camponeses sem terra e trabalhadores agrícolas dispostos a trabalhar coletivamente. Para maiores detalhes ver: www.enlacezapatista.org

41 A expressão foi cunhada pelo subcomandante Marcos para falar de todos aqueles explorados, despojados e reprimidos e que se colocam na luta pela transformação da sociedade.

advindas de outras organizações em que as famílias participavam.

A característica heterogênea dos municípios autônomos inclui em seus territórios famílias não zapatistas, que são chamadas, de maneira geral, de *priistas*, uma referência ao PRI. Há uma variedade de resultados desta convivência. Há comunidades que vivem em paz, há aquelas na qual há um conflito velado e outras na qual o conflito ocorre de maneira intensa, ainda mais quando além de famílias *priistas* há também a presença de grupos paramilitares.

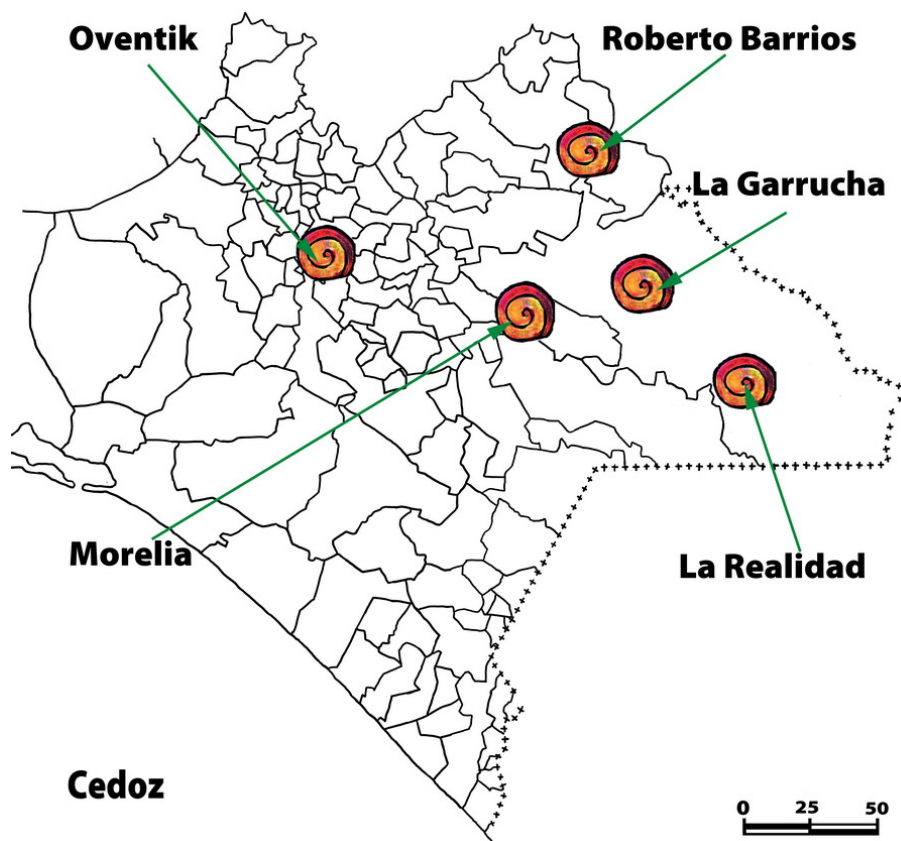
Nós já tínhamos um território controlado e foi para organizá-lo que se criaram os Municípios Autônomos. O EZLN tem muitas ideias sobre como é um povo organizado e livre. O problema é que não há um governo que obedeça; há um governo mandão que não te escuta, que não te respeita, que pensa que os povos indígenas não sabem pensar, que quer nos tratar como índios pés-de-chinelo, mas a história já lhes respondeu e demonstrou que sabemos, sim, pensar, e que sabemos nos organizar. A injustiça e a pobreza te fazem pensar, produzir ideias, te fazem pensar como fazê-lo, ainda que o governo não te escute. (Major Insurgente de Infantaria Moisés, EZLN).

As famílias *priistas*, ou não zapatistas, são aquelas que participam das eleições, aceitam os programas governamentais ou cooperam com a lógica partidária. Já as famílias zapatistas, por meio das assembleias escolhem seus representantes para as diversas instâncias de organização (local, municipal e regional), se recusam a receber qualquer donativo ou ajuda do governo e de qualquer instituição, inclusive de ONGs, até que seja aprovada em assembleia; obedecem às leis revolucionárias e também à Constituição Mexicana de 1917.

La construcción de los municipios dio orden y estructura, sobre todo a la toma de decisiones y al ejercicio del poder mediante las leyes que ellos mismos habían impuesto. El problema no se resolvió completamente, aún era difícil llegar a acuerdos y reunirse todas las comunidades y colectivos que pertenecían a los municipios autónomos, hubo problemas, por la dificultad de conjuntar acuerdos entre comunidades lejanas y con diferentes problemáticas, pero el proceso continuo. Algunas cabeceras de los municipios autónomos se construyeron en territorios que habían sido recuperados, donde llegaron poblaciones de diversas comunidades a tomar posesión de tierras y experimentar la aplicación de las leyes revolucionarias. (VELÁZQUEZ, 2011, p. 166).

Em 2003, com o afastamento dos comandos militares do Comitê Clandestino Revolucionário Insurgente (CCRI) da gestão administrativa e política, são criados os

Caracóis⁴² e as Juntas de Bom Governo (JBG). Tratam-se de cinco governos autônomos regionais, cada qual com seu caracol (ver mapa 4), que abarcam no total cerca de 30 municípios autônomos. Esta nova organização foi impulsionada pela necessidade de garantir uma distribuição mais equitativa entre as distintas zonas que compõe o território zapatista, verba proveniente dos grupos solidários nacionais e internacionais.



Mapa 4: Localização dos caracóis zapatistas / Fonte: CEDOZ

Isso representou um novo momento para o zapatismo, pois simbolizou a transição da interferência da parte militar na política zapatista para um governo civil e findou “su petición de reconocimiento por el Estado a su derecho colectivo a la autonomía (...) La capacidad para definir si los pueblos indígenas tienen o no derechos para comprometerse en prácticas autónomas ya no estaba en las manos del Estado” (SPEED, 2011, p. 136)

42 A criação dos caracóis veio a substituir os antigos Aguacalientes. Trata-se das sedes das 5 regiões autônomas rebeldes, onde se concentra a Junta de Bom Governo. Cada caracol abrange áreas delimitadas, com um certo número de municípios, que por sua vez abriga as comunidades. Os 5 Caracóis são: La Realidad (Mãe dos Caracóis do mar de nossos sonhos, na zona fonteiriça), Morelia (Redemoinho de nossas palavras, na zona Tzots Choj), La Garrucha (Resistência rumo a um novo amanhecer, na zona Selva Tzetal), Roberto Barrios (Que fala para todos, na zona norte de Chiapas) e Oventic (Resistência e rebeldia pela humanidade, na zona Altos de Chiapas). Nas palavras de Marcos (2003), “Así los “Caracoles” serán como puertas para entrarse a las comunidades y para que las comunidades salgan; como ventanas para vernos dentro y para que veamos fuera; como bocinas para sacar lejos nuestra palabra y para escuchar la del que lejos está.” Ver mapa no anexo.

Cada Caracól possui sua JBG⁴³, que é composta por representantes eleitos nas assembleias municipais. Trata-se de um verdadeiro exercício de democracia direta, na qual as pessoas escolhidas configuram-se como uma instância legítima para resolução de problemas entre zapatistas e não-zapatistas e gerenciam os projetos autônomos de saúde, educação e agroecologia, entre outros. Abaixo, veremos neste quadro sintético algumas características e objetivos das Juntas de Bom Governo

Quadro 1 – Objetivos, tarefas e primeiras medidas das JBG (Agosto,2003)

-
- Tentar neutralizar o desequilíbrio no desenvolvimento dos municípios autônomos e das comunidades.
-
- Mediar os conflitos entre municípios autônomos, e entre municípios autônomos e municípios governamentais.
-
- Atender as denúncias contra os Conselhos Autônomos por violações dos direitos humanos, protestos e inconformidades, investigar sua veracidade, ordenar aos Conselhos Autônomos a correção destes erros, e para vigiar seu cumprimento.
-
- Vigiar a realização de projetos e tarefas comunitárias nos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas, tomando o cuidado para que sejam cumpridos os tempos e formas estabelecidos em comum acordo pelas comunidades; e para promover o apoio a projetos comunitários nos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas.
- Vigiar o cumprimento das leis que, de comum acordo com as comunidades, funcionem nos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas.
-
- Atender e guiar a sociedade civil nacional e internacional na visita às comunidades, levar adiante projetos produtivos, instalar acampamentos de paz, realizar pesquisas (atenção: deixando algum benefício para as comunidades), e qualquer atividade permitida em comunidades rebeldes.
-
- De comum acordo com o CCRI-CG do EZLN, promover e aprovar a participação de companheiros e companheiras dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas em atividades ou eventos fora das comunidades rebeldes, e para eleger e preparar esses companheiros e companheiras.
-
- Cuidar para que, em território rebelde zapatista, aquele que manda, mande obedecendo.
-
- A Junta de Bom Governo decidirá, depois de avaliar a situação das comunidades, aonde é mais necessário que se dirijam os apoios externos. É imposto a todos os projetos o chamado “imposto irmão”, que é de 10% do montante total do projeto, destinado a outra comunidade que não recebe apoio. O objetivo é equilibrar um pouco o desenvolvimento econômico das comunidades em resistência.
-
- Serão reconhecidos como zapatistas apenas as pessoas, comunidades, cooperativas e sociedades de produção e comercialização que estejam registradas em uma Junta de Bom

43 É importante salientar que cada Caracol organiza-se de maneira independente, o número de pessoas que integram as Juntas, assim como o tempo de duração na qual desempenham esta função varia em cada uma das regiões.

Governo. Os excedentes ou bonificações pela comercialização de produtos de cooperativas e sociedades zapatistas serão entregues às Juntas de Bom Governo para que se apoiem os companheiros e companheiras que não podem comercializar seus produtos ou não recebem nenhum tipo de apoio.

Fonte: Ornelas, 2005.

O Subcomandante Marcos disse uma vez que *“los zapatistas queremos ejercer el poder, no tomarlo”*. Esta frase apresenta, de maneira sintética, a maneira como pensam a política. As JBG são o próprio exercício de fazer política. Por meio da lógica do mandar obedecendo, *“este paso desplazó efectivamente al Estado como el poder soberano que puede otorgar o quitar derechos mediante la ley, un golpe directo al sitio principal de legitimación y procesos de construcción de sujetos del Estado neoliberal.”* (SPEED, 2011, p. 156)

As Juntas são formadas por um grupo entre sete e quinze membros, aproximadamente, que se revezam no cargo semanal ou quinzenalmente. São representantes das comunidades, que também fazem parte das bases de apoio zapatistas. São proibidos de receber qualquer tipo de salário, dependendo de apoios em *tortilla*⁴⁴ e feijão por parte das comunidades que os elegeram, e contam apenas com o apoio para o transporte. O processo não é fácil, a rotação de turno permite que a experiência de liderança seja ampliada e compartilhada, o que muitas vezes dificulta as tomadas de decisões. Mas o objetivo é que não haja protagonismos e nem corrupção, que é supervisionada através de um grupo de vigilância.

Os zapatistas têm assumido, desta forma, o exercício de sua própria jurisdição de seus territórios. As juntas de bom governo assumem para si funções de justiça, respondendo aos inerentes conflitos agrários tanto externos quanto internos.

44 Base da alimentação mexicana, é uma massa à base de milho, quando feita de forma artesanal, envolve um conhecimento adquirido desde os tempos pré-hispânicos chamado nixtamalização. Atualmente, encontra-se *tortillas* feitas por corporações que a fazem com milho transgênico importado dos EUA, que por receberem subsídios, são mais baratos que os produzidos nacionalmente.

4 A AGROECOLOGIA COMO AVESSO DA COLONIALIDADE

4.1 A descolonização do poder no âmbito da natureza

Como parte da estratégia zapatista, que objetiva em seus territórios liberados do “mal governo” conceber um outro mundo, através de um novo paradigma civilizatório contra-hegemônico que prioriza uma democracia radical do “mandar obedecendo”, para além da organização destes territórios (as JBG e as outras instância de governo autônomo: os conselhos comunitário e os MAREZ), faz-se necessário recriar práticas produtivas que garantam a autonomia da terra e, por conseguinte, da territorialidade.

Neste sentido, há uma corrente no pensamento crítico latino-americano que busca compreender como a colonialidade persiste até a atualidade mesmo após a Independência dos países latinoamericanos. O peruano Aníbal Quijano foi o percursor desta linha teórica, através da obra “Colonialidade do Poder”, na qual descreve como este processo ocorreu e de que forma permanece.

Em suma, é um processo histórico de dominação e exploração que teve início com a conquista europeia dos territórios localizados na América Latina, concomitante com o início do Capitalismo. O colonialismo ibérico, através da forjada ideia de raça, justificou a dominação sobre os povos não somente da América (indígenas), como também dos povos africanos (negros). Segundo este pensamento, a ideia de raça estabeleceu certos padrões de poder, sendo historicamente o branco europeu aquele que a exerceu, dominando os meios de produção, e a raça inferior (indígena e negra) sofreu a dominação, sustentando a economia através do trabalho.

No estabelecimento desta relação, através do exercício violento do poder, os povos dominados foram sendo gradativamente excluídos de suas terras, seus conhecimentos ignorados e suas práticas culturais e religiosas marginalizadas. Para entender, Quijano classificou as formas como ocorre a colonialidade do poder sobre os âmbitos de vida, sendo eles: trabalho, sexo, subjetividade/intersubjetividade, autoridade coletiva e, finalmente, natureza. “Podría decirse, en tal sentido, que el poder es una relación social de dominación, explotación y conflicto por el control de cada uno de los ámbitos de la experiencia social humana” (QUIJANO, 2001, p. 10).

Todos estes âmbitos se relacionam mutuamente, assim como a dominação está presente em todas as esferas da vida, mas para o que nos interessa, nos

aprofundaremos nas questões que dizem respeito à colonialidade sobre a natureza.

A pesquisadora mexicana, Adriana Gómez Bonilla, detalhou com maior profundidade como ocorre especificamente neste ponto. Para ela, a natureza, como âmbito da vida social da humanidade, foi dominada dentro dos preceitos da racionalidade cartesiana europeia, que criou condições técnicas e subjetivas que permitiu controlar, funcionalizar e manipula-la; portanto, a conquista europeia inaugurou a exploração da natureza pelo homem com base nos conhecimentos científicos da época.

No encontro do europeu com a sociobiodiversidade americana, foram classificados os recursos disponíveis de modo a dominar e utilizar como base material para o desenvolvimento econômico das metrópoles, “los colonizadores buscan dominar de cualquier forma esos espacios, a través de la tala, la extinción de animales, la agricultura, la minería, la desecación de humedales, la introducción de especies productivas” . (BONILLA, 2012, p. 289).

Esta racionalidade perante o domínio da natureza é um marco, pois embora a humanidade sempre se relacionou com o meio ambiente (ou natureza), utilizando seus componentes e recursos para a sobrevivência, criando tecnologias, técnicas, monumentos e estratégias das mais diversas, havia entre os povos nativos em todo o continente um entendimento da natureza como parte da vida em si: uma relação de reciprocidade, pois na natureza se encontra a própria vida⁴⁵.

A racionalidade dos povos nativos americanos, por exemplo, é marcada pela solidariedade e reciprocidade entre as pessoas e perante a natureza. Por outro lado, a colonialidade enfatiza o individualismo, a competição e o extermínio do Outro. Os saberes deste Outro, marcado pelo âmbito da subjetividade, também devem ser anulados, e substituídos pelo saber científico, e a relação destes com a natureza também é modificada (BONILLA, 2012). A solidariedade é o avesso da colonialidade.

Derivado del patrón de poder y de las relaciones de dominación-explotación-conflicto, no solo son entre los humanos, donde un grupo social es “naturalmente” superior a otro, sino que también hay un grupo social que puede ejercer dominio sobre la naturaleza. Por lo tanto, se puede considerar que así como la dominación entre humanos conduce a la falta de solidaridad, esto también incluirá las relaciones con la naturaleza. Esta falta de solidaridad forma parte del patrón de colonialidad, con el cual los europeos impusieron su visión de la realidad a los pueblos colonizados, como la única opción válida. (BONILLA, 2012, p. 288).

45 Corremos o risco de essencializar o indígena, sabemos que houve regimes imperialistas, igualmente violentos e territorialistas, mas é notório que há uma maneira de se relacionar com o que chamamos de natureza de forma diferente que o pensamento individualista ocidental.

No padrão colonialista e, por conseguinte, capitalista de poder, qualquer relação com a natureza que tenha marcas de solidariedade e altruísmo é considerada atrasada, pois o individualismo é uma marca mais positiva e que permite o desenvolvimento. No decorrer do processo histórico, a Colonialidade do Poder no âmbito da natureza foi se transformando, e pode ser dividida em duas etapas: a primeira, do “capitalismo extrativista”, quando ocorreu uma transformação total da natureza, a imposição do modelo eurocêntrico, e teve seu auge durante a Revolução Industrial, quando dos territórios coloniais proviam os recursos necessários para dito processo, e se baseou na exploração florestal e mineral, além do gado, sendo responsável pelo extermínio de uma gama de riquezas naturais e culturais.

A outra etapa, chamada de “capitalismo ecologista”, surgiu com os movimentos ecologistas na década de 1970. Esta etapa continua a priorizar a racionalidade econômica, mas combinada com leis naturais estabelecidas segundo paradigmas científicos ocidentais, ou seja, o aprimoramento do que se conhece sobre a natureza melhorou muito, sendo responsável, por exemplo, pela biotecnologia. (BONILLA, 2012)

4.2 A Revolução Verde como um modelo hegemônico

Nesta última etapa, foi forjada a ideia de escassez, que irá fundamentar a Revolução Verde (da qual falaremos adiante) trazendo em seu bojo o conservacionismo, em que se responsabiliza os grupos já marginalizados, sem se propor a diminuir o consumismo, o verdadeiro vilão da chamada “Crise Ambiental”. Um marco foi o texto “Nosso Futuro Comum”⁴⁶, da ONU, que cria uma justificativa teórica e midiática para um novo tipo de mercado: dos serviços ambientais, crédito de carbono etc.

Enquanto que na primeira fase, a colonização territorial serviu para assegurar o domínio e possibilitar a exploração dos recursos naturais, no segundo, atual, a espoliação aparece como uma forma de domínio/exploração do espaço capaz de possibilitar a valorização de mais capitais, mesmo que sobre territórios onde se perpetuam outras formas de relação com a natureza e comunitárias.

En este sentido, es importante señalar que la amplia disposición de recursos

46 Texto elaborado em 1987 onde aparece os delineamentos do “desenvolvimento sustentável” capitalista.

naturales en las zonas colonizadas de América Latina, sirvieron de base para el desarrollo y expansión del capitalismo. No obstante, eso no es un proceso que corresponda al pasado, ya que actualmente, los recursos naturales y los territorios siguen siendo una fuente importante para el capitalismo. Por lo tanto, se presenta lo que autores como Harvey (2004) llaman acumulación por desposesión que implica la depredación o destrucción ecológica, acompañada de violencia si es necesario para lograrlo entre otras cosas se base en la privatización de los recursos y el espacio (tierra, agua, bosques, entre otros). (BONILLA, 2012, p. 291).

A espoliação, acompanhada quase sempre da violência em diversos níveis (da simbólica à física), deve ser entendida como um processo de valorização e ressignificação de novos territórios, territórios já habitados por outros, pessoas ou grupos já marginalizados pelo capitalismo.

No México, como vimos no capítulo 2, a formação territorial foi sendo construída na base da violência e do roubo de terras, que nem mesmo a Revolução Mexicana foi capaz de transformar radicalmente. Com a modernização do Estado e de suas práticas, os programas assistencialistas são uma maneira diferente de perpetuação das mesmas formas de poder.

Tendo em vista que as populações indígenas, como é o caso deste estudo, têm na terra o fundamento de suas práticas de sobrevivência, de suas culturas e de sua própria existência, este processo de roubo em que a terra espoliada é transformada em seu sentido e fundamento, possui consequências bastante perversas. Com a instauração da propriedade privada da terra no estado de Chiapas, os indígenas foram sendo inseridos como trabalhadores nas fazendas de café e em não poucas vezes, como trabalhadores escravos. Sem terra, ficaram submetidos aos desmandos dos capitães da terra e de seus *guardias blancas*, conforme o relato do Subcomandante Moisés, quando fala da situação pretérita ao levante:

¿Para qué sirven esas miles y miles de hectáreas de las buenas tierras para ellos? Es para tener miles y miles de cabezas de ganado, vacas. ¿Cómo es que pudieron mantenerse allí a lo largo de muchos años? Porque tienen buenos pistoleros, que nosotros les decimos guardias blancas, que no nos dejaban pasar en sus terrenos, en la tierra que decían que es de ellos. Pues así entonces, qué podemos hablar de economía en las comunidades si estamos olvidados ahí. Lo único lo que hacen es explotar ahí en sus fincas, a que lo trabajen nuestros abuelos, bisabuelos. (MOISÉS, 2015).

Sem a terra, os indígenas chiapanecos foram atravessados pela perversidade de uma modernização violenta e anônima, que chegava por intermédio do

Estado, da empresa privada, pela Rádio e TV, pela própria cidade que sitiava as terras agrícolas. Com o avanço das cidades sobre o campo, a cultura e hábitos urbanos foram responsáveis por uma profunda mudança nos costumes, desde a alimentação, vestuário, formas de trabalho, religião, etc.

Desta forma que a lógica da colonialidade vai se instaurando como ideologia e prática permanente, se perpetuando através de suas “crises financeiras [que] servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo” (HARVEY, 2011, p.18). A guerra, por exemplo, historicamente foi e vem sendo produzida como uma possibilidade de expansão de mercados a novos espaços, com objetivo de perpetuar a valorização de mais capitais para novas áreas⁴⁷.

Para o que nos interessa, o fim da segunda guerra mundial foi um marco para a história agrícola mundial, pois instaura uma nova forma de poder, capaz de produzir uma série de tecnologias e uma indústria química que foram sendo apropriadas mais tarde pelo agronegócio, além de ter gerado uma crise populacional e econômica que serviu de base para a criação do que veio ser chamada ironicamente de Revolução Verde⁴⁸, que pretendeu

mudar o ambiente e implantar imensas monoculturas, incorporando grandes contingentes energéticos, via “insumos modernos”, produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais que, por sua vez, são controladas pelo capital financeiro que, assim, realiza a reprodução do capital em um [não tão] novo segmento econômico, o agronegócio, ou agricultura industrial. Os danos ambientais logo apareceram. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 54).

Este modelo, mais tarde promovido pela FAO (Food and Agriculture Organization - ONU), instaurou uma nova lógica no campo, baseada nos seguintes fatores:

- a) utilização de fertilizantes (produzidos através de derivados de petróleo e de outros componentes químicos)
- b) de sementes patenteadas e geneticamente modificadas (algumas delas incapazes

47 Outro exemplo são os blocos econômicos regionais e os planos de integração territorial, conforme é analisado no trabalho de Héctor Mondragón (2012).

48 Transformação ocorrida no campo, foi promovida por empresas transnacionais (Ford e Rockefeller) por intermédio de instituições de pesquisa como o *Centro Internacional de Mejoramiento del Maiz y el Trigo* (CIMMYT, criado ainda na década de 1940), situado no México, e o *International Rice Research Institute* (IRRI, criado em 1966), situado nas Filipinas, ambos associados ao *Consortium of Agricultural Research Centers* (CGIAR). Com este agenciamento, inaugura-se uma agropecuária com procedimentos similares ao de uma indústria, aproveitando-se das descobertas no campo da engenharia química e outras tecnologias. Atualmente, após já ter se estabelecido na América Latina, Ásia, Oceania, EUA, Europa, as fundações “Bill e Melinda Gates” e “Rockefeller”, juntamente com a ONU, pretendem levar este modelo para o continente africano, mediante empréstimo de fundos e assistência em capacitação. (DIAZ GONZALEZ, 2013)

- de serem reproduzidas),
- c) de agrotóxicos, a extensiva mecanização,
- d) a introdução da monocultura, que impera na paisagem do campo mexicano ,
- e) disponibilização de créditos rurais, que problematizamos no segundo capítulo.

Este “pacote tecnológico”, foi projetado para ser empregado conjuntamente (sementes, fertilizantes, agrotóxicos) e possuem a capacidade de passarem a fazer parte da composição fisiológica dos organismos, a “aplicações dessas substâncias deixam resíduos virtualmente indestrutíveis que são transmitidos pela rede alimentar” (LARA, 2015, p.12).

A Revolução Verde pode ser entendida como a territorialização do capital no campo, impondo o pacote tecnológico que por si já é bastante violento, como também uma certa maneira de pensar a produção de alimentos e a natureza. Com ela, há uma padronização produtiva e alimentar, e o desenvolvimento de modernos sistemas agrícolas, sempre buscando maiores rendimentos e intensificação da produtividade, uma vez que foi ideologicamente disseminada como uma estratégia para erradicar a fome mundial.

Porém, o que podemos observar é que a questão da fome é um problema político relacionado às desigualdades sociais intrínsecas do capitalismo, que não é capaz de distribuir os alimentos produzidos, e não que haja uma incapacidade de produzir alimentos suficientes para alimentar a população à nível mundial, além da expansão da propriedade privada da terra, que acentua a questão do acesso e permanência na terra ao pequeno agricultor, ao indígena e ao camponês. (CASTRO, 1948)

Desta forma, a Revolução Verde acentuou ainda mais as desigualdades do campo, pois impossibilitou aos agricultores o pleno acesso a este pacote tecnológico, por ser muito custoso e de difícil manipulação, gerou o endividamento e a falência do pequeno produtor; necessitando ajuda de técnicos e créditos agrícolas. Por ser uma estratégia que causa dependência, uma vez que ocorre um declínio na fertilidade do solo e da capacidade do mesmo em se regenerar, resultado dos danos que a ampla gama de agrotóxicos utilizados ocasiona, tem se mostrado ao longo das décadas algo muito negativo para a pequena produção. Quem sobrevive neste cenário, é o empresário, o grande proprietário de terra.

Em suma, a Revolução Verde vai no sentido contrário de uma produção no campo capaz de fornecer (no mínimo) uma autossuficiência alimentar para quem trabalha na terra e muito menos soberania alimentar, pois impossibilita a manutenção dos

conhecimentos tradicionais em relação à mesma, gera uma economia que necessita de recursos externos à região onde se produz, acentuando o uso de hidrocarbonetos, que são apontados como sendo responsáveis pela crise ambiental que vivemos na atualidade⁴⁹, e que são valorizados nas bolsas de valores, servindo de moeda de troca no jogo político internacional, acirrando as disputadas territoriais.

Também as práticas de trabalho na terra foram sujeitadas a este processo de espoliação. O indígena, assim como o camponês, foram sendo separados de suas estratégias tradicionais de plantio, deixaram de plantar suas sementes, repassadas de mão a mão, selecionadas de acordo com critérios próprios, que possibilitavam a garantia que dariam bons frutos dentro das características específicas de solo, relevo, clima, etc. As técnicas também foram ficando olvidadas, impossíveis de serem transmitidas para o restante da comunidade, para a juventude.

No México, o NAFTA instaurou uma série de acordos que introduziram estes pacotes tecnológicos criados pela Revolução Verde, além das medidas que abordamos no segundo capítulo, que previam por exemplo a paralisação em definitivo da Reforma Agrária. E para dar suporte à este modelo neoliberal de agricultura, os governos criaram diversas estratégias, entre elas a disposição de créditos agrícolas, assessoramento técnico, e programas de combate à pobreza, como é o caso do PROCAMPO. Em um documentário intitulado “*El Huerto de Zapata*”, a liderança de uma organização camponesa de Chiapas chamada CIEPAC AC, comenta sobre as consequências perversas deste modelo:

quando entregam crédito de PROGRESO E PROCAMPO⁵⁰, o que estão entregando não é só crédito, o que estão entregando é dívida externa. Quer dizer, esses empréstimos vem como dívida externa, e estão entregando assim, estão entregando o que o Governo Mexicano paga como dívida externa. Se fala de diminuição de pobreza, mas vejam o impacto que o PROGRESO E PROCAMPO possuem, seguem sendo contrainsurgente, porque? Porque o EZLN está em resistência ao governo. Sem embargo, os recursos estão chegando a uma só via, ninguém vigia, ninguém se vê, não há controle onde se gasta e o que gera é divisão nas comunidades. (Paulina, María, Moisés, Paco V., *El huerto de Zapata*. 2002. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7SV_6OT0AhM>

49 Na obra “A Globalização da natureza e a natureza da globalização” (2011), do Profº Carlos Walter Porto-Gonçalves, nos conta como na história do capitalismo a natureza foi sendo explorada e expropriada, chegando até a fase atual em que os problemas ambientais saltam aos olhos e as medidas tomadas pelos agentes do poder na verdade corroboram para a crise e para o acirramento das desigualdades.

50 Embora tenham sido criado programas como o Procampo e o Pronasol, que tinham como objetivo a criação de condições para a diminuição da pobreza, através do oferecimento de subsídios e infraestrutura básica para a produção camponesa, os problemas estruturais gerados pela política liberal iniciada nos anos 1980 não pôde ser revertida.

Acesso em 20 ago 2015).

A realidade instaurada pela mentalidade colonial e capitalista sobre o campo, sobretudo na faceta mais contemporânea, por intermédio do modelo da Revolução Verde, tem se mostrado ineficaz se tratando no combate à fome, na manutenção do pequeno agricultor no campo e no fortalecimento de modos de vida diferentes àquele individualista e racional. Portanto, para a construção de um outro mundo baseado na solidariedade, na reciprocidade, na autonomia e na preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, é uma emergência repensar uma maneira alternativa em relação às bandeiras políticas e ao trabalho e manutenção dos agroecossistemas, a agroecologia e o fortalecimento da Soberania Alimentar como estratégia política e econômica tem se mostrado a forma mais coerente ao projeto político zapatista como um todo, que analisaremos à seguir.

4.3 A agroecologia trilhando o caminho da Soberania Alimentar

Como contraponto, a radicalidade do EZLN situada no discurso anticapitalista e anticolonialista, tenta na prática construir uma ruptura, para além da construção discursiva e teórica. Portanto, como parte deste objetivo que anda conjuntamente – da autonomia e do processo descolonizador e anticapitalista – o trabalho coletivo na terra baseado na agroecologia é base real para lograr a construção de outro mundo, pois tem possibilitado aos indígenas rebeldes a possibilidade de não dependerem de recursos financeiros provenientes de créditos agrícolas, da compra de fertilizantes, pesticidas e sementes e gerando uma rede de comércio alternativo, indo no sentido da construção da Soberania Alimentar.

O movimento propõe-se a uma tarefa bastante difícil: de romper o cerco imposto pelas infinitas estratégias do capital que visam desestabilizar a rebeldia, e deixar aos já marginalizados, ainda mais empobrecidos, de dinheiro e de dignidade. Descolonizar a relação da natureza e o trabalho são uma urgência ontológica do movimento.

Uma vez dispondo das terras recuperadas durante o levante, foi prioritário organizar política e administrativamente o território, lidando com os ataques de paramilitares e do próprio exército mexicano, mas também propôr-se, a partir de um pensamento contra-hegemônico, transformar a prática produtiva neste território, visando sobretudo a sobrevivência dos indígenas em rebeldia, como também sua reprodução

material em termos de dinheiro, porquê não só de *tortilla* se fez esta transformação.

Os impactos causados pelo modo de pensar a produção de alimentos (e *commodities*) gestado pela Revolução Verde foi gigantesco, responsável por um genocídio dos conhecimentos ancestrais acerca do trabalho da terra, assim como transformações significativas na produção e comercialização dos produtos que compõem a cesta básica, o que fez inviabilizar a pequena produção, além de ter ocasionado a falência de muitos produtores, como já apontamos, acentuando o êxodo rural.

Este modelo, ainda predominante em todo território mexicano, tem sido contestado por organizações e movimentos sociais. Trata-se de uma guerra travada entre setores do poder (de engenheiros genéticos e políticos) e grupos que compreendem que trata-se de algo que não contribui para uma alimentação saudável e equitativa, e vem trazendo para o debate a Soberania Alimentar e a Agroecologia como alternativa.

4.4 Apontamentos à respeito da soberania alimentar

Neste âmbito, outra discussão que se faz importante, é aquela que diz respeito à soberania alimentar, uma reivindicação gestada na *Via Campesina* em contraponto com o termo de Segurança Alimentar que vinha sendo elaborado por órgãos como FMI, Banco Mundial, G7, etc. Em 1996, a *Via Campesina* pela primeira vez demandou uma maneira mais autônoma e radical de compreender a questão da alimentação, e que continua em processo de elaboração pelos movimentos sociais, que vem se apropriando desta pauta. Segue uma definição mais recente do que é a “Soberania Alimentar”, que acreditamos colaborar para a nossa discussão deste momento:

o direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades. (VIA CAMPESINA, 2002).

A soberania alimentar, como reivindicação de vozes contra-hegemônicas (como é a *Via Campesina* e o EZLN), tem se mostrado uma exigência bastante radical ao capitalismo neoliberal global, pois pretende discutir uma ampla gama de processos, que

vão da reforma agrária à economia solidária⁵¹ e, como comenta Peter Rosset, em uma entrevista publicada no Brasil de Fato (2014), dirigente da Via Campesina, a Soberania Alimentar “se constrói desde abaixo, desde o local, desde a parcela, a comunidade, o município, o território, é fazê-la por nós mesmos”.

O EZLN, embora não explicita esta bandeira em seus comunicados, na prática tem buscado focar-se na manutenção das terras recuperadas, através dos trabalhos coletivos, que à partir das observações realizadas no trabalho de campo, são capazes de produzir localmente uma variedade de alimentos, buscando estabelecer relações solidárias e democráticas de acesso e trabalho da terra, utilizando tecnologias e técnicas produtivas que estão ao seu alcance. Atualmente, o movimento tem se articulado para salvaguardar as sementes crioulas⁵² e aprimorar os conhecimentos de combate às pestes.

Para tanto, ou seja, para lograr a garantia de uma soberania alimentar em rebeldia, em coerência com o projeto político e ideológico do EZLN, é necessário repensar e desacortinar o emaranhado de relações de poder, uma vez que podemos observar que estes processos - mencionados ao longo deste trabalho, tanto em relação ao processo de modernização do começo do século XX, quanto às consequências da imposição da Revolução Verde - ocasionaram uma perda significativa do conhecimento ancestral, e impossibilitando o intercâmbio de suas sementes crioulas⁵³, suas técnicas,

51 Para José Jorge Santiago Santiago (2005), fundador do DESMI, uma das primeiras organizações a construir a economia solidária, este conceito para os zapatistas se coloca no outro extremo do neoliberalismo, está por construir e vai no sentido da constituição de uma rede. Em suas palavras, “En la misma concepción de la Economía Solidaria está presente la amplitud, el reconocimiento de los distintos procesos y actores, las distintas dimensiones y la necesidad de avanzar hacia la consolidación de redes solidarias, de relaciones regionales, nacionales e internacionales; de estar presentes en la estrategia de recuperar los recursos para todas y todos y de crear condiciones para una vida digna. Existe una relación muy fuerte entre la Economía Solidaria, los procesos de construcción de autonomía de los pueblos, las luchas de resistencia, las acciones solidarias, la lucha por los derechos de los pueblos, por la libertad, por la democracia, por la independencia, por el reconocimiento de los derechos de las mujeres y de los pueblos indígenas, al territorio, a la libre determinación, a la libertad de elegir; y por eso vemos como que fuera una sola la lucha, que es económica, política, social y cultural.”

52 “as sementes varietais ou crioulas são as sementes mantidas e melhoradas há mais de 10.000 anos pelos mais diversos povos pelo mundo. Nelas reside uma ampla variedade genética que os camponeses têm se utilizado para enfrentar variações climáticas sazonais ou não, condições edáficas distintas, pragas, etc. Além disto, representam a variedade cultural dos povos, sendo que diferentes variedades possuem diferentes finalidades, como é o caso dos camponeses e indígenas no México, onde cada variedade de milho tem um uso culinário e religioso distinto. Elas são, portanto, parte componente da identidade cultural e patrimônio biológico de comunidades, e não apenas insumos agrícolas ou meras mercadorias. Elas contêm a magia do segredo da vida e conservam as histórias das famílias que as preservam.” (SARAVALLE, 2010, p. 8)

53 Fala-se que a indústria em torno da produção de alimentos chega a ser maior que a petroleira ou automotiva, especificamente o controle das sementes está sob algumas empresas transnacionais (Monsanto, Dupont, Sygenta), que controlam juntas 77% do mercado, responsável pela patente de mais de 80% da patente de sementes. Muitos países passaram a adequar as leis nacionais para adequá-las às necessidades desta indústria, um exemplo é a Colômbia, que regula as normas de propriedade intelectual e uma série de restrições até mesmo ao intercâmbio de sementes. No México, as instituições públicas se veem claramente cooptadas por estas mesmas empresas. O documentário “O Mundo segundo a Monsanto”, nos conta como isso tem acontecido ao redor do mundo. Também

ferramentas, tecnologias, enfim, seu modo de ver e viver o mundo.

4.5 Apontamentos à respeito da Agroecologia

Uma alternativa capaz de dar vazão às questões apontadas, sobretudo em relação à erosão do conhecimento tradicional e àquelas do embate em torno da imposição de um certo modelo agrícola hegemônico, é a Agroecologia. Um conhecimento que na contemporaneidade emerge como uma ciência nova, mas que na verdade é um diálogo de saberes entre o conhecimento tradicional (de povos indígenas, camponeses, ribeirinhos e tantos outros que vivem na e pela terra) com a ciência ocidental acadêmica; e que no seu arcabouço teórico procura sistematizar estes conhecimentos no sentido de possibilitar a produção de alimentos levando em consideração uma série de aspectos: social, político, econômico, ambiental, energético, cultural, administrativo, técnico e ético. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Emergiu na década de 1970 em contraponto às “novidades” trazidas no bojo da Revolução Verde, que buscavam se lançar como uma alternativa à estes novos preceitos, e que foram sendo reelaborados até se converter no que é designado por Agroecologia, que atualmente possui maior aceitação no âmbito universitário, da ciência, do Poder Público e, sobretudo, dos movimentos sociais.

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas. (ALTIERI, 1983, p.23).

Em suma, a agroecologia pode ser entendida como uma ciência capaz de abrigar um conjunto de conhecimentos (dos científicos aos “tradicionais”), que busca

indicamos a obra *Monoculturas da Mente*, da física indiana Vandana Shiva.

lançar-se à uma transformação do modelo de agricultura hegemônico, objetivando um modelo mais sustentável, tanto para o meio ambiente quanto para as pessoas.

Porém, nota-se que há uma disputa em torno da conceitualização da agroecologia, em que algumas apontam mais no sentido de um desenvolvimento sustentável (termo bastante deturpado, mas que é comumente utilizado para designar uma possibilidade de desenvolvimento econômico capitalista possibilitando uma atenção aos limites ambientais), outras focadas intrinsecamente à técnica, e a outra possibilidade, na qual esse trabalho se baseia, em que a agroecologia possibilita uma leitura e uma ação holística, interligando fatores sociais, políticos, ambientais e humanos.

Produzir seus próprios alimentos, sem a utilização de pesticidas, fertilizantes e sementes criadas e distribuídas por grandes corporações multinacionais que se expandem na mesma velocidade e direção que os processos de espoliação, e alimentar-se sem depender de corporações que oferecem uma alimentação de má qualidade, industrial e venenosa⁵⁴ é um caminho imprescindível na construção de uma autonomia. Sem sementes, sem o conhecimento de técnicas de manutenção da produtividade de forma ecológica e sem a garantia de acesso a um alimento saudável e barato é o caminho oposto ao da autonomia indígena.

À respeito de como é o sistema agrícola e alimentar na região, as famílias e comunidades de apoio ou comunidades Zapatistas, desenvolvem, assim como a grande parte da população indígena mexicana, um roçado designado *milpa*, que é um consórcio das variedades que participam da alimentação básica: milho, feijão e abóbora. Além disso, existe uma importante extensão territorial dedicada à criação de bois, além de ovelhas, galinhas e porcos (que é chamado regionalmente de criação *traspatio*, pois se localiza junto às moradias), e que funcionam como uma possibilidade de reserva de capital, para serem vendidos para determinados objetivos ou em festividades.

Também podemos observar a produção de hortaliças, legumes, tubérculos e também o cultivo de pomares com uma variedade de frutas regionais, nativas e exóticas, destinadas sobretudo à comercialização, além do o chile, café, palma africana, flor de jamaica/hibisco e *hule*⁵⁵. Nota-se a presença imprescindível de plantas ornamentais e

54 No artigo “Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado”, a Prof^a Larissa Miés Bombardi (2011) faz um recorrido nos impactos que o agrotóxico causa no ambiente e nas pessoas que ingerem o alimento envenenado. Recomendamos a leitura para saber mais à respeito.

55 Além da comercialização de gêneros alimentícios, como os citados, as comunidades zapatistas também se organizam em coletivos de artesanato (onde participam majoritariamente mulheres), de artigos de couro como botas, e “lembrancinhas” vendidas nas lojinhas existentes nos caracóis, em San Cristobal e revendidas por coletivos solidários no México e em outros países.

também aquelas dedicadas à cura, as plantas medicinais, que desempenham papel importante para o mundo indígena, que tem à mão plantas úteis ao dia-a-dia, sem precisar ir até os montes e montanhas, e tampouco aos hospitais, salvo moléstias mais graves.

A tradição agrícola mesoamericana, portanto, caracteriza-se por uma multifuncionalidade, que é um pilar da agroecologia, e que tem a ver com a garantia da segurança e autosuficiência alimentar, a conservação dos recursos naturais, a atenção à cultura, autogestão e participação local daqueles que estão inseridos no processo. (BONILLA, 2013)

O milho é fonte primária de alimentação, fazendo parte de uma grande tradição alimentar e culinária, como o é em todo o restante do território nacional, e que faz parte também de uma gigantesca luta de defesa contra a introdução desta espécie transgênica⁵⁶. Além disso, este cereal tem sua origem, domesticação e dispersão localizado na região denominada como Mesoamérica, representando uma importância para alimentação à nível mundial, além de ter representações nas cosmologias dos povos nativos⁵⁷.

Sujeto, territorio, milpa, maíz, semilla, molécula. La transcendencia de esta planta como centro organizador del espacio, de la actividad de la comunidad, del cosmos, de las creencias y de las fiestas; le da una papel protagónico en la construcción de esta civilización. Los creadores del maíz erigieron alrededor de esta planta una visión del mundo que hizo posible una civilización. (TELLO; CARREÓ, 2013, p. 495).

Esta passagem, ilumina uma questão importante em torno da Agroecologia, que defende que o alimento é parte importante na cultura e na maneira de ser de um povo, e que a economia neoliberal - responsável por dessacralizar e impôr novos hábitos alimentares, através de uma alimentação industrializada – acabou transformando radicalmente a cultura agroalimentar, gerada por uma longa história ancestral, responsável por possibilitar a introdução de espécies selvagens no rol alimentar, como

56 Ao longo dos últimos anos, a sociedade civil e científica tem se organizado para combater as empresas transnacionais e o Governo daquele país, no sentido que barrar a entrada do milho transgênico na lavoura. Graças à petições coletivas, ainda é proibido a comercialização e plantação desta variedade transgênica, o que não barrou a plantação experimental. Para maiores informações, recomendamos a pesquisa nas páginas web das organizações: Tribunal Permanente de los Pueblos - capítulo México -, Red en Defensa del Maíz, Sin Maíz No Hay País, Unión de Científicos Comprometidos con la Sociedad, entre outros. E dos pesquisadores e militantes pela causa: Ignacio Chapela Mendoza, Silvia Ribero y Renzo D'Alessandro.

57 No livro Popol Vuh, escrito provavelmente por índios cristianizados no séc XVI, é descrita a cosmologia de alguns povos maias, em que os deuses, após diversas tentativas frustradas (com barro, madeira) de criação do homem, origina-se o homem de milho, que deu origem a todas as raças humanas que atualmente povoam o globo terrestre.

também de criar uma mitologia capaz de alimentar não só o corpo como também a espiritualidade.

De esta manera consideramos que en los últimos años en México más que un despojo, se ha establecido una disputa por el maíz: por un lado, están las poblaciones indígenas de Mesoamérica, que reivindican su derecho legítimo a sembrarlo, comerlo y reproducirlo libremente. (...) El adversario son las corporaciones biotecnológicas y los monopolios agroindustriales que en conturbenio con el gobierno mexicano, intentan arrancar el maíz de todos los significados, derechos y conocimientos que lo ligan a las comunidades campesinas e indígenas para transformarlo en una materia prima, pivote que les garantice sus ganancias en los mercados agroalimentares globales. (TELLO; CARREÓN, 2013. p. 494).

O milho é uma espécie emblemática no México quando se trata das lutas contra as imposições realizadas por meio do NAFTA, e contra o modelo instaurado pela Revolução Verde pelos motivos já esclarecidos, e que tem conseguido barrar a plantação comercial de variedades transgênicas. Porém, já houveram diversas liberações para plantações experimentais no norte do país e em Oaxaca, o que já provocou a contaminação genética de milhos nativos.

Na semente do milho ou de qualquer outra espécie, está registrada a informação genética e a informação histórico-cultural que a tradição foi capaz de aprimorar, selecionar e transmitir como alimento e como mito. A transgenia realizada em laboratório, realiza a separação do sujeito com o objeto, impulsionada por uma visão estritamente utilitarista, visando o enriquecimento econômico de grandes corporações, interligadas com os próprios processos de espoliação (do colonial ao moderno). Como afirma novamente Peter Rosset (2014),

a semente camponesa é como um sistema da comunidade, de como se conserva, se multiplica, se compartilha, em muitos casos são as mulheres, mas também há homens, dependendo do país e da cultura, mas são sistemas e tem que ser protegidos e fortalecidos, porque todas as novas leis atentam contra a integridade desses sistemas. (ROSSET, 2014)

4.6 Agroecologia zapatista

No contexto de organização Zapatista, é difícil localizar e decifrar exatamente como ocorreram certas transformações, como é o caso da transição agroecológica. Não é impossível, porém demandaria um trabalho com maior empenho,

maior abertura e apoio por parte do CCRI. Por isso, analisar como tem sido a formação dos promotores de agroecologia neste trabalho só foi possível graças à vivência na Escuelita Zapatista e dos cadernos organizados na ocasião desta experiência; também entrevistas com integrantes da organização Desarrollo Económico y Social de Los Mexicanos Indígenas, Asociación Civil (DESMI, A.C.)⁵⁸; e de alguns poucos trabalhos já realizados acerca desta temática⁵⁹.

O entendimento desta questão, faz parte da compreensão do que é o próprio zapatismo e nos faz refletir como o movimento tem tido a capacidade de gerar sua própria episteme⁶⁰, que tem tentado travar uma relação com os pesquisadores no sentido de descolonizar o saber e as relações subjetivas entre sujeitos e objetos.

Dito isto, foi possível identificar durante o trajeto de pesquisa, três zonas (Caracóis) onde se pratica e há formações de promotores em agroecologia: o caracol Oventik (ver foto a seguir), La Garrucha e Roberto Barrios. Cabe mencionar que cada caracol possui características físicas, sociais, políticas e geográficas particulares, além de gozarem de relativa autonomia de atuação em relação à outras territorialidades Zapatistas, as quais obviamente devem estar de acordo com os princípios das JBG, mas que conservam particularidades em suas formas de operar e gestionar o território e a democracia do “*mandar obedeciendo*”.

58 Desarrollo Económico Social de l@s Mexican@s Indígenas, A.C (DESMI), é uma associação civil criada por Jorge Santiago Santiago, seminarista que atuava junto com Samuel Ruiz nas comunidades indígenas chiapanecas. Começou a atuar na década de 1970, com o objetivo de colaborar nos projetos de assistência às comunidades rurais, foi uma das pioneiras no desenvolvimento da economia solidária na região

59 como os esforços empreendidos pelos pesquisadores mexicanas Adriana G. Bonilla e León E. Á. Romero

60 É notório o fato de que o EZLN se posiciona criticamente à produção de conhecimento “acadêmica e colonizada”, tentando desta maneira, produzir sua própria teoria e epistemologia sobre a atuação do movimento através de textos próprios e de pesquisadores reconhecidos por eles. O sociólogo Andrés Aubry foi um dos intelectuais bastante ligados ao EZLN, atuando como assessor e teórico, elaborou em seu texto “*Otro modo de hacer ciencia - Miseria y rebeldía de las ciencias sociales*” uma reflexão à respeito da relação entre pesquisadores e pesquisados. Por conta desta crítica, há uma dificuldade (não intransponível, por certo), da realização de trabalhos científicos dentro das comunidades, devendo ter que passar por autorização das instância de governo do EZLN. Eu contei com esta dificuldade durante o trabalho de campo, não tendo o tempo e abertura necessária para realizá-lo de maneira mais aprofundada do que este trabalho requeria.



Nesta foto, retirada durante as comemorações dos 20 anos do levante, em 1^a de janeiro de 2014, o coletivo de promotores de agroecologia esteve presentes na festa, vendendo sementes crioulas, produtos alimentícios agroecológicos e manuais de cultivo e controle de pragas. / Ana Paula Gomes

No trabalho realizado por León Enrique Ávila Romero, que desenvolveu sua pesquisa nos municípios autônomos de Vicente Guerrero e El Trabajo (localizados no caracol Roberto Barrios/Zona Norte) é descrito como ocorreu o processo de formação dos promotores entre os anos de 1998 e 2003, fruto da união entre facilitadores de “la organización de la sociedad civil, promotores comunitarios en agroecología, responsables locales de comunidades indígenas, autoridades y miembros del consejo autónomo” (ROMERO, p. 526, 2007), criando um Plano de Desenvolvimento Agrário Regional, em que foram delimitados estratégias e objetivos na formação dos promotores comunitários.

Nas oficinas que buscavam traçar o diagnóstico e planejamento de ação para a capacitação dos promotores de agroecologia, tinha-se em mente os seguintes fatores: experimentação camponesa (práticas na parcela do produtor), processo dialógico e conscientização (reflexão sobre a realidade local e nacional), educação para a ação, relação pedagógica horizontal, trabalho em equipe, integração de atividades, recuperação dos saberes camponeses, participação. (ROMERO, 2007, p. 528)

Não só nesse caso específico, mas podemos afirmar que para os zapatistas, a estratégia de formação de promotores orienta-se para a união com os entes da sociedade civil, os quais são responsáveis por aportar conhecimentos em agroecologia, com o objetivo de capacitar promotores das próprias comunidades e que estes sim são

responsáveis por oferecer orientação técnica para o restante do grupo, fortalecendo o domínio do conhecimento adquirido como também a transmissão deste conhecimento, respeitando a autonomia das comunidades em relação à sociedade civil.

Esta forma de conduzir o processo vai no sentido da metodologia de ensino-aprendizagem chamada “Camponês a Camponês (CAC)”, surgida na Guatemala na década de 1970, expandiu-se fortemente no Regime Salinista na Nicarágua, tornando-se importante em Cuba na década de 1990 e muito utilizada por diversos movimentos sociais no campo ao redor do mundo.

Esta metodologia é utilizada nos processos de transição agroecológica, por ter um caráter que privilegia a horizontalidade, tanto na comunicação quanto na transferência de tecnologia. Na obra “Revolução agroecológica: o movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba” (MACHÍN SOSA, et all, 2010), é mencionado um motivo bastante convincente e simples do sucesso desta metodologia: “o camponês acredita mais no que faz outro camponês no que diz um técnico” (op cit, p. 61). Ou seja, a CAC é uma alternativa ao extensionismo agrícola, na qual um técnico fica responsável por todo o processo de transição, tomando as decisões e delineando as estratégias.

No caso do trabalho analisado por Romero (2007), a iniciativa mencionada possibilitou diagnósticos e a delimitação das linhas de ação, sistematizadas pelo autor, e traduzidas para o presente trabalho na tabela 1.

TABELA 1- Sistematização, diagnóstico e delimitação das linhas de ação (ROMERO, 2007, p. 527))

Diagnóstico agropecuário:	formulação de linhas estratégicas de trabalho; elaboração do Plano de Desenvolvimento Agrário Regional
Cultivos Básicos	uso de adubos orgânicos, utilização de plantas como adubos verdes; fomentar a troca de um sistema de roça-derrubada-queimada, ao sistema de roça-semeadura; melhoramento do solo com o uso de adubos orgânicos e obras de conservação de solos; manejo de pragas e doenças, propiciando a associação de cultivos; diagnóstico, identificação e seleção de plantas com propriedades bioinseticidas (elaboração de extratos vegetais); recompilação de saberes camponeses sobre o manejo de insetos-pragas no milho; manejo e mostra de insetos-praga no cultivo de milho, técnicas de armazenagem

	de grãos em zonas tropicais, seleção de sementes e traços plantação; manejo de plantas com propriedades alimentícias e forrageiras; diversificação de cultivos (inhame, banana, <i>macal</i> e mandioca)
Manejo e conservação de recursos florestais	diagnóstico e reflexão sobre os recursos florestais da região; construção da matriz local de conhecimentos sobre recursos florestais da região; importância da agrofloresta para a resistência e implementação de sistemas agroflorestais; desenho e planejamento de viveiros florestais comunitários (provas de tratamento de sementes)
Cultivos comerciais	requerimento para o cultivo da flor de jamaica; implementação de sistemas agroflorestais com alto valor comercial
Gado e manejo de animais de traspatio	manejo de sistemas agrosilvopastoris (implementação de bancos de proteína); prevenção e manejo sanitário do gado bovino e ovino. Manejo de pragas nas pradarias, manejo de animais de traspatio (seleção por idades, tamanho e tipos de alimentação)

A análise desta tabela nos permite compreender que as oficinas de capacitação foram capazes de fazer uma avaliação bastante sistemática e aprofundada das problemáticas agrícolas e do manejo dos animais de criação. Se formos relacionar com as possibilidades que os pacotes tecnológicos que a Revolução Verde oferece, para sanar estes “problemas”, seria necessário alto investimento financeiro, transporte dos produtos utilizados para a recuperação do solo, fertilização, etc.

Porém, a agroecologia propõe que se utilizem recursos locais no aprimoramento da produtividade e para o combate de pestes, além de que se privilegie a produção de cultivares que façam parte também do hábito alimentar das comunidades envolvidas, para que possa ser utilizada também como subsistência. Um técnico agrícola tradicional, por exemplo, ao invés de orientar que plantem flor de jamaica (hibisco), diria que a soja seria uma possibilidade, quando se trata de algo alheio à cultura alimentar e gastronômica dos envolvidos.

Além disso, a região chiapaneca é conhecida por apresentar variada gastronomia, que se utiliza de produtos locais para o desenvolvimento de deliciosos pratos, inventados e aprimorados ao longo dos séculos. Não se trata, portanto, de um

lugar “pobre cultural e fisicamente”, em que seja necessário introduzir uma nova mentalidade do que se deve comer e produzir, uma visão comumente difundida nos projetos de auxílio ao agricultor e disposição de créditos agrícolas, em que técnicos forâneos e ignorantes da realidade local, oferecem como possibilidade alternativas que nem sempre são as mais apropriadas, e as vezes totalmente desconhecidas pelos próprios agricultores.

O que vimos em campo foi um lugar com uma diversidade na cultura alimentar, promovida por mulheres e homens muito ligados aos seus lugares, à sua terra, que parecem saber o que querem e o que não querem do mundo globalizado. Querem ter em suas mãos a possibilidade de decidir o que querem fazer de suas vidas, de sua cultura, o que querem comer e como irão fazer para conseguir seus alimentos.

A escolha metodológica de organizar-se em oficinas, possibilitou o mapeamento de conhecimentos já existentes, o reconhecimento de problemas já levantados pelos próprios comunitários e a apropriação dos mesmos em relação ao restante do processo. Infelizmente, no trabalho de Romero (2007) não são citados os personagens responsáveis pela capacitação, talvez o motivo seja a maneira como opera o EZLN, que exige das organizações e indivíduos que trabalham conjuntamente, uma total discricção e um cuidado no sentido de se garantir a segurança das comunidades e do projeto político, tendo em vista a permanente situação de insegurança militar que vivem.

Porém, tive a oportunidade de conhecer durante o trabalho de campo, realizado entre o final de 2013 e princípio de 2014, a organização chamada DESMI, e que atua com o EZLN nas comunidades de apoio localizados nos caracóis Roberto Barrios e Oventik. Eles são responsáveis pela capacitação de promotores agroecológicos e de temas paralelos a essa questão, onde é possível destacar 3 linhas de ação desta ONG que se relacionam diretamente com o EZLN:

a primeira se refere a assegurar a alimentação com as comunidades, a questão da base econômica real, a que sustenta as comunidades. Então todo este trabalho tem que ver com a agricultura sustentável, o que as comunidades vêm chamando de agroecologia. [Esta linha de ação] defende o distanciamento do uso de insumos agroquímicos, sobretudo aqueles processados à base de petróleo e se promove muito a autogestão, ou seja, o acesso, o uso e a administração racional dos recursos locais. Isso é o que se busca, e nesse sentido temos tido muitos avanços. E também a incorporação de mulheres em espaços de comunicação. O segundo eixo é a produção de conhecimentos, que busca sistematizar todas essas experiências de trabalho e poder compartilhá-las. Então de cada trabalho elaboramos um material impresso, que sistematiza o conjunto de experiências.

A terceira linha busca fortalecer os grupos, e ao mesmo tempo nos fortalecer também como equipe, chamamos isso de transformação dos sujeitos sociais. Sentimos que é necessário manter um nível de consciência da situação, especialmente da situação local ante todo o contexto nacional ou internacional. Neste sentido nos reunimos com os comitês de desenvolvimento (que são aqueles que acompanham os trabalhos coletivos) com os coordenadores de agroecologia (que são os que acompanham os trabalhos de agricultura sustentável) e nos formamos em temas que consideramos ter debilidade, vamos construindo espaços de formação e assim pouco a pouco vamos tratando de nos preparar de acordo ao que nos exigem os grupos. Às vezes são temas específicos, questões técnicas mas as vezes também são questões conceituais, sobretudo nas questões de gênero temos tido formação constante, oficinas que nos são dadas por outras organizações. (informação concedida em entrevista, SERRANO, 2011).

À respeito de como ocorre a transmissão do conhecimento adquirido por meio dos técnicos do DESMI, Serrano complementa:

Eles [os Zapatistas] se coordenam a nível de comunidade nomeando seus promotores, como por exemplo na área de saúde, educação, etc. A comunidade gestiona por si só as pessoas que devem se encarregar dos trabalhos. Estes promotores elegem coordenadores locais, os coordenadores de agroecologia. Estes se encarregam de acompanhar a cada promotor e também estabelecer as estratégias de trabalho e se responsabilizar que sigam pelo caminho que tenha sido planejado. (informação concedida em entrevista, SERRANO, 2011).

Nos caracóis em questão (Roberto Barrios e Oventik), nota-se que há uma articulação clara em torno da Soberania Alimentar e que tem sido articulado maneiras de garanti-la por meios “ecológicos e sustentáveis”, isto é, utilizando-se dos conhecimentos agroecológicos, nos quais a capacitação do DESMI possui muita importância.

Além disso, diferentemente de como em geral trabalham outras organizações da sociedade civil (ONGs), há uma preocupação em manter uma relação de cooperação que possibilite fortalecer a autonomia dos indígenas e, por outro lado, percebemos um envolvimento militante dos profissionais que fazem parte desta instituição, uma relação que vai para além do estritamente profissional, passando pelo aspecto político e pela solidariedade, possibilitando uma reflexão crítica ao assistencialismo e buscando fortalecer uma relação de novo tipo entre a organização e o movimento social.

Um dos projetos em que atua o DESMI, é no caracol Roberto Barrios, em que prestam assistência e colaboram no processo de produção e comercialização da cooperativa de café orgânico e agroecológico “*Ssit Lequil Lum*” (“o fruto da Mãe Terra”,

em lingua Tzeltal), que é integrada por agricultores de 5 municípios autônomos desta zona. Segundo consta em uma cartilha da própria cooperativa:

nos sentimos orgullosos porque somos legítimos productores y productoras indígenas, que hemos logrado un camino para mantener a nuestras familias, organizarnos para la comercialización y así construir la economía solidaria o, como también decimos, construir “otra economía”. (Sociedad Cooperativa SSIT LEQUIL LUM, 2010, p. 5).

“Outra economia” significa uma economia que seja capaz de funcionar no sentido de garantir a construção da autonomia das famílias bases de apoio e do projeto zapatista, possibilitando gerar renda necessária para a manutenção da vida de todos os que fazem parte, não aceitando qualquer ajuda ou interferência por parte do Estado, uma economia em rebeldia.

Talvez, o ponto de maior contradição e dificuldade na construção da autonomia é justamente o aspecto econômico. Traçar uma estratégia capaz de fortalecer o projeto político, marcadamente anticapitalista, sem se inserir no mercado (capitalista) é um desafio provavelmente impossível de superar. Este trabalho não tem a pretensão de discutir e tampouco resolver conceitualmente esta questão, porém, é inevitável pontuar esta reflexão quando estamos tratando de projetos já em voga dentro das comunidades que possibilitam a permanência da construção coletiva da autonomia, mas que embora se situem no nível discursivo como anticapitalista, sobrevivem sob a lógica de exploração capitalista.

Mas, o que percebemos, é que construir “outra economia” significa que, não estando sob a influência do estado e das corporações diretamente, devem construir alternativas que garantam a manutenção do projeto autônomo e de preservação de seus costumes e da natureza. Conforme a análise de Bonilla,

si bien la propuesta zapatista busca una transformación en el sistema capitalista, en lo inmediato las comunidades construyen alternativas que les ayuden a enfrentar dicho sistema. Aunque en este momento no realicen un cambio total, van creando un camino que les permite subsistir hoy y generar condiciones para lograr transformaciones mayores. (BONILLA, 2014, p. 218)

Dito isto, o principal, para não dizer o único, destino da produção de café orgânico da Ssit Lequil Lum é o continente europeu: Itália, França, Grécia e Alemanha, graças à existência nestes países de grupos de consumo responsável, baseados nos preceitos da Economia Solidária. Isto pode configurar-se um problema, pois dependem de

uma complexa logística para que os produtos atravessassem o oceano Atlântico, e ficam muito dependentes de uma única forma de escoamento, em diálogos com pessoas que trabalham junto com outras cooperativas, este problema é real para o EZLN como um todo, e eles tem buscado maneiras que expandir o mercado interno, mas é um desafio, pois não conseguiriam vender por preços tão interessantes. A

Um destes grupos é a Tatawelo, na Itália, que desde 2005 se articula para a compra de produtos advindos do “Sul”, como eles próprios dizem, objetivando “unir os produtores em um esforço conjunto para reduzir a dependência econômica no desenvolvimento de uma melhora funcional na economia local das condições de vida⁶¹”.

A cooperativa Ssit Lequil Lum foi legalmente constituída em 2007 e surgiu pela insatisfação de terem que lidar com os atravessadores, que pagavam pouco pelo café e também muitas vezes se aproveitavam até mesmo na pesagem, pagando ainda menos aos produtores. Então foi-se formando a iniciativa de procurar uma forma de comercialização que garantisse a autonomia e controle do processo às comunidades.

À princípio, comercializavam com o grupo Tatawelo mesmo sem o selo de orgânico, pois para consegui-lo é necessário atravessar um longo caminho burocrático e um custo alto. Tendo em vista que o grupo aceitou, foram se fortalecendo e recebendo a capacitação e apoio nos trâmites burocráticos junto ao DESMI. Atualmente, a cooperativa conta com uma certificação comunitária, e recebe visitas de seus consumidores para checarem como ocorre o processo produtivo, possibilitando um maior contato entre produtor e consumidor, gerando uma iniciativa na qual os consumidores italianos depositam uma quota mensal que é repassada para a cooperativa em Chiapas, que atualmente destina essa verba para obras de infra-estrutura que possibilitarão aumentar o galpão onde guardam os grãos.

Assistimos, sobretudo quem vive em grandes cidades, uma invasão de produtos que em seu rótulo possuem alguma das palavras “eco/orgânicos/verdes/agroecológicos”, o que acaba acarretando um maior valor no preço final ao consumidor. Este nicho ecológico é devido aos discursos em torno de um capitalismo verde, responsável, ecologicamente correto, bastante difundido pela mídia, reflexo da fase do capitalismo ecologista que vivemos na atualidade. Para um produto chegar com esta etiqueta no mercado, o agricultor deve se submeter às regras impostas pelas empresas certificadoras, um processo bastante custoso. Desta forma, os movimentos sociais (primeiramente pelo custo, e por se colocarem à favor de uma

61 Disponível em <<http://tatawelo.it/>> Acesso em nov. 2015

agroecologia popular que fortaleça a soberania alimentar), têm se posicionado de maneira crítica, criando estratégias alternativas à certificação oficial, optando por caminhos comunitários e sociais para garantirem ao consumir que o produto é orgânico ou agroecológico.

A não utilização de agrotóxicos e fertilizantes convencionais ocorreu, à princípio, pelo simples fato de ser extremamente caro e, por não contarem mais com o “apoio” estatal, os zapatistas tiveram que repensar alternativas que permitissem a continuidade de suas formas produtivas. Porém, como salienta Adriana G. Bonilla (2014) em seu trabalho, estas alternativas surgiram primeiramente por questões econômicas e políticas para mais tarde serem vislumbradas desde uma perspectiva ambiental.

Na busca por informação e capacitação, foram descobrindo os danos que sempre causaram os produtos de origem duvidosa que chegavam às comunidades e passaram a retomar os conhecimentos dos antigos e incorporar novas possibilidades por intermédio de grupos como o DESMI. A pesquisadora Adriana G. Bonilla (2014) conta que no MAREZ Ricardo Flores Magón - localizado na zona La Garrucha - inicialmente as questões ligadas à agroecologia e alternativas de manejo eram encabeçadas pelos projetos de saúde e educação, o que demonstra que a tomada de consciência dos impactos que os agrotóxicos causam não tocam somente a questão técnica, mas também a educação como ato político e à saúde, conforme podemos perceber no relato que a autora recolheu em trabalho de campo:

el zapatista no usa ningún tipo de químico, eso es malo para la salud y para la tierra, hace mucho daño [...] no sirve, cada año hay que usa más, después de un tiempo la tierra está muerta [...]. Igualmente pasa con el químico para matar plagas, al principio se muere todo, pero ya luego no, y hay que echarle más y más. Esos químicos solo sirven para crear dependencia [...] los zapatistas estamos en la resistencia y no los usamos. En cambio los priijistas [no zapatistas] reciben del mal gobierno sus agroquímicos y luego andan todos enfermos, y cada año necesitan más químico y no alcanza el que da el gobierno, así que van a comprar a Palenque, si no su tierra no produce (entrevista con autoridad autónoma, 2009). (BONILLA, 2014, p. 214)

Estas iniciativas priorizaram o resgate do conhecimento tradicional, mas ao longo do processo foi-se percebendo que necessitariam de suporte externo, que as resoluções dos problemas teriam que vir através da contribuição de grupos solidários. Esta tomada de consciência vai no sentido de algo que Rigoberto Serrano afirmou durante a entrevista, de que o grande entrave no desenvolvimento da agroecologia

zapatista é o fato de se tratar de um grupo hermético, dificultando a retroalimentação.

Por isso, a união com organizações como o DESMI simbolizam que ainda há necessidade do grupo de voltar-se para fora, de que a união com entes da “sociedade civil” é imprescindível, como foi desde o princípio quando graças à pressão nacional e internacional, ocorreu o cessar-fogo que derrubou muitos soldados que compunham fileiras do EZLN. Porém, percebemos que há certa desconfiança por parte dos zapatistas em travarem relações com grupos de fora. É certo que muitas benfeitorias existentes nas comunidades e Caracóis são resultado de parcerias solidárias, mas isto nem sempre ocorre da maneira mais correta e tranquila.

A criação dos caracóis e da JBG – que são as janelas e portas do mundo indígena zapatista com o resto do mundo – entre outras razões, foi no sentido de ter maior controle sobre as parcerias, os visitantes e também os estudiosos que queriam decifrar e analisar as praticas criadas em território rebelde. Um dos pontos desta relação de conflito é que com o tempo o Oventik e La Garrucha, por exemplo, passaram a ser os lugares preferidos dos grupos externos, pelo fato de serem perto e de fácil acesso à partir de San Cristobal de las Casas. Isto acarretou em um desequilíbrio em relação às outras regiões. Outro ponto é um descrédito que os zapatistas começaram a ter por grupos novos que queriam resolver todos os problemas estruturais, financeiros, etc., pelo fato de que muitos destes grupos se deslumbravam à princípio, prometendo resoluções, mas sumiam, ou começavam uma obra e não terminavam, ou mesmo terminando não ensinavam a população local a usufruírem.

Durante o trabalho de campo, passamos por uma experiência que demonstrou esta questão. Na região de La Realidad, no hospital autônomo San Juan Del Rio, nos deparamos com banheiros secos que não estavam em funcionamento pois lhes faltava manutenção, limpeza e cuidados específicos. No mesmo local, existe também um sistema de tratamento de águas cinzas e negras⁶², porém, o sistema também não estava funcionando perfeitamente e como recebe toda a água do hospital, seu não funcionamento acarretou em problemas sanitários graves, ocasionando inclusive surtos de salmonela.

Os dois projetos, embora no plano das ideias fortaleceria as comunidades, pois contribuiria para a autossuficiência e possibilitaria a utilização de recursos locais para resolver problemas também locais, além de minimizar a dependência de material externo,

62 Este sistema, chamado Wetland, funcionaria através de bactérias biodigestoras, junto com um sistema de plantas aquáticas, que deveriam servir também para limpeza de águas, como resultado, no final o processo, a água deveria sair limpa o suficiente para ser usada para uma horta

acabou ocasionando mais trabalho desgaste para as pessoas que ali vivem e trabalham. Estas obras foram realizadas por grupos estrangeiros solidários, que não conseguiram agregar a comunidade do entorno na realização e usufruto, problema este que poderia ter sido sanado através de um projeto de educação agroecológica, que possibilitaria a apreensão da comunidade na realização da manutenção e aprimoramento dos sistemas.

Casos como estes existem em grande numero em território zapatista, o que corroborou para a desconfiança que percebemos no campo. No primeiro caso, conseguimos arrumar o banheiro e ensinar os responsáveis do hospital como utilizá-lo, limpá-lo e arrumá-lo, já no caso do sistema biodigestor, estivemos em contato com a JBG do caracol La Realidad, buscamos apoio junto a organizações solidárias de San Cristobal de las Casas e também de especialistas no Brasil, estivemos a ponto de delinear uma estratégia quando ocorreu o ataque militar nesta zona, o que paralisou o projeto até esta data. Mas esta experiência serviu para entender melhor como ocorre a democracia radical zapatista, da importância das redes solidárias e da agroecologia como um conhecimento capaz de contribuir para a autonomia, e que precisa ser fortalecida e repensada à partir da realidade local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida o EZLN balançou as estruturas de poder no México e tem servido de inspiração para movimentos sociais em todo o mundo, motivando a construção real do que se coloca como uma utopia: um mundo onde caibam outros mundos. Conforme analisamos neste trabalho, a tarefa a qual este movimento se coloca é difícil, pois se propõe a repensar não somente uma outra forma de governo, de Estado e de nação, como também uma nova forma de construir o conhecimento, desde abaixo e à esquerda, como dizem os “*compas*”. E por isso, os zapatistas são inspiradores, porque estão dispostos a repensar e construir todas as estruturas sociais que conhecemos.

Para a geografia, uma ciência interessada no espaço social, se faz urgente olhar para os “novos-novos” movimentos sociais, para usar a expressão de Raul Zibechi (2014), pois na atualidade outros personagens históricos estão emergindo, obrigando-nos a repensar nossa maneira de fazer a Geografia. Também a questão indígena na América Latina tem sido renegada dos estudos desta disciplina. Neste sentido, a agroecologia tem se mostrado como um arcabouço científico que possibilita a discussão entorno de muitos temas, desde a questão latifundiária, passando pela ancestralidade e a alimentação. Por isso, foi muito interessante o processo no qual este trabalho foi sendo decifrado e codificado, se mostrando de maneiras sensoriais durante a escritura, atravessado pela militância e por infinitos questionamentos políticos. Como consequência disso, foi difícil escrevê-lo, demoroso.

Reafirmamos com este trabalho, também, a urgência do trabalho de campo como metodologia da Geografia. Sem a ida ao México, à Chiapas, à Escuelita Zapatista e a zona autônoma zapatista este escrito não teria fundamento, talvez nem mesmo existiria. A apreensão ao nível do vivido foi o que deu força real à esta discussão argumentativa e retórica.

Por conta das particularidades do EZLN, em breve este trabalho parecerá ultrapassado, pois eles possuem a incrível capacidade de transformar-se, mas considero, humildemente, que conseguimos contemplar em parte as questões atuais que giram em torno da agroecologia. que vem sendo construída nas comunidades rebeldes⁶³, faltando, sem sombra de dúvida, um contato maior com esta questão na prática.

63 Destacamos o trabalho que tem sido feito em torno da manutenção, resgate e salvaguarda dos conhecimentos tradicionais, bem como as sementes crioulas, o esforço de criar uma comercialização coerente com o projeto político autônomo e a união com organizações civis, que possibilitam desde a orientação técnica baseada na agroecologia até o suporte nas questões referentes à economia solidária e a comercialização em geral.

Por isso, indicamos a quem possa interessar, uma investigação mais aprofundada desta relação em trabalhos futuros e desejamos que este sirva igualmente de inspiração para pessoas e grupos interessados na criação de um outro mundo, desde abaixo e à esquerda.

BIBLIOGRAFIA

ALCKMIN, Fábio Márcio. *POR UMA GEOGRAFIA DA AUTONOMIA: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México*. Dissertação apresentada ao DG-FFLCH-USP. São Paulo. 2015

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

_____. *The question of small development: who teaches whom? Agric. Ecosyst. Environ.* 1983.

ANDREO, Igor Luis. *Teologia da Libertação e a cultura política maia chiapaneca: o Congresso Indígena de 1974 e as raízes do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. São Paulo: Alameda Editorial. 2013.

AUBRY, Andrés. *Chiapas a contrapelo: una agenda de trabajo para su historia en perspectiva sistémica*. México: Editorial Contrahistorias/ Centro (de estudios, información y documentación) Immanuel Wallerstein. 2005.

BARONNET, Bruno; BAYO, Mariana Mora; Stahler-Sholk, Richard. *Luchas “muy otras”: zapatismo y autonomia em las comunidades indígenas de Chiapas*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Centros de Investigaciones y estudios superiores em Antropologia Social, Universidad Autonoma de Chiapas. 2011.

BOMBARDI, Larissa Miés. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. Boletim DaLuta, disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf Acesso em nov

2015

BONILLA, Adriana Gómez. La relación con la naturaleza y los pasos hacia la construcción de otra economía. Lecciones derivadas de las prácticas de la autonomía zapatista em México. In: PIMENTEL, Bóris Marañón (org). *Descolonialidad y cambio societal: experiencias de solidaridad económica en América Latina*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas; Buenos Aires: Clacso. 2014.

_____. La colonialidad de la naturaleza. Reflexiones del caso mexicano. In.PIMENTEL, Bóris Marañón (org.) *Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina: una perspectiva descolonial*. Buenos Aires: Clacso, 2012.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (org.) - *Chiapas, construyendo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Josué de. Geografía da fome. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.

CECEÑA, Ana Esther (Org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

DÍAZ GONZALEZ, Beatriz F. *Cambio climático, agricultura y soberanía alimentaria: transnacionales versus agroecología. La transformación agroecológica de Cuba*. Buenos Aires: Clacso. 2013

DÍAZ-POLANCO, Héctor. *La rebelión zapatista y la autonomía*. México: Siglo Veintiuno Editores. 1997.

_____. *Autonomía Regional: la autodeterminación de los pueblos indios*. México: Siglo Veintiuno Editores. 2006.

EZLN. *Amor popular de la selva chiapaneca*. Disponível em <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/16/la-realidad-de-la-zona-de-la-selva-de-chiapas/>> Publicado em 16 fev 1994. Acesso em nov 2015

_____. *Documentos y comunicados, n.2*. México: Editora Era, 2001 (3o reimp.).

_____. *Gobierno Autónomo: Cuadernos de texto de primer grado del curso de "La libertad según I@s Zapatistas"*, 2013.

FABREGAS, Andrés. "La cuna del conflicto; la selva chiapaneca", Boletín del Colegio de Etnólogos y Antropólogos Sociales, A.C. 1994

GARCÍA, Alejandro Cerda. *Imaginando zapatismo: multiculturalidad y autonomía indígena en Chiapas desde un municipio autónomo*. Cidade do México: Universidad Autónoma Metropolitana; Editora Miguel Ángel Porrúa, 2011.

GILLY, Adolfo . *La revolución interrumpida – México, 1910-1920: una guerra campesina por la tierra y el poder*, 2o ed. México: Ediciones ERA, 2010.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo. 2011.

HERRERA, Ramon Vera. Somos más que todos juntos, 1998. Disponível em <http://www.jca.apc.org/mirrors/nopal.laneta.apc.org/consultaEZLN/documentos/vera.htm> > Acesso em nov 2015.

Instituto Cultural Padre Josimo. Casa de sementes crioulas: caminho para a autonomia na produção camponesa, 2009. Disponível em <http://www.mpabrazil.org.br/bibliotecas/nossas-publicacoes/casa-de-sementes-crioulas-caminho-para-autonomia-na-producao> > Acesso em nov de 2015

LE BOT, Yvon. Subcomandante Marcos: El sueño zapatista. España: Ed. Plaza y Janés, 1997.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. *Autonomías, Democracia o Contrainsurgencia*. México: Ediciones Era, 2004.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.

MACKINLAY, Horacio. Pequeños productores y agronegocios en México: una retrospectiva histórica. Tendencias de expansión y operación de los agronegocios a principios del siglo 21, In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão popular,

2008.

MARCOS, Subcomandante. *Los Zapatistas y la manzana de Newton*, (1999), México. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1999/1999_05.htm> Acesso em 1 jul de 2015)

_____. “Hay un tiempo para pedir, otro para exigir y otro para ejercer” In: MUNHÓZ, Gloria Ramírez. *20 y 10 el fuego y la palabra*. México: Rebeldía/La Jornada. 2003a

_____. *La treceava estrella, tercera parte*, (2003b). Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2003/2003_07_c.htm> Acesso em 2 jul de 2015.

_____. *Escucharon?* (2012) Em <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2012/12/21/comunicado-del-comite-clandestino-revolucionario-indigena-comandancia-general-del-ejercito-zapatista-de-liberacion-nacional-del-21-de-diciembre-del-2012/>> Acesso em 1 de jul de 2015.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiros & MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *Dialética da Agroecologia: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular. 2014.

MOISÉS, Subcomandante Insurgente. *Economía política desde las comunidades I* <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2015/05/04/economia-politica-desde-las-comunidades-i-subcomandante-insurgente-moisés-4-de-mayo/>> Acesso em: 20 ago 2015.

MONGRAGÓN. Hector. *Empresa Colonial, Ontologia e Violência*. Revista Agrária, Departamento de Geografia, USP. 2015

MUÑOZ, Gloria. *A diez años de la marcha del color de la tierra*. Cidade do México, 2011. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2011/03/12/oja167-marcha.html>. Acesso em: 29 de outubro de 2014

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011

RESENDE, Simone da Silva. *Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza*. Tese apresentada no PPG-GF, da FFLCH, USP. 2008

ROMERO, León Enrique Ávila. *Logros y límites de las estrategias sustentables de desarrollo autónomo en el norte de Chiapas, México*. Rev. Ra Ximhai. Vol.3, Número 2. Sinaloa: Universidad Autónoma Indígena de México Mochicahui, El Fuerte, 2007

SAAVEDRA, Marco Estrada. *La comunidad armada rebelde y el EZLN: un estudio histórico y sociológico sobre las bases de apoyo zapatistas en las cañadas tijolabales de la selva lacandona (1930-2005)*. México, Ciudad de Mexico: El colegio de Mexico. 2007.

SANTIAGO, José Jorge Santiago. LA PRÁCTICA DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA EN LAS COMUNIDADES AUTÓNOMAS DE CHIAPAS. MÉXICO (2005). Disponível em <http://www.eve.coop/mw-contenu/revues/4/28/RVE_vol1_no3_ChiapasES.pdf> Acesso em nov 2015.

SANCHEZ, Waldo Lao Fuentes. *Autonomia zapatista: o projeto de integração dos movimentos latino-americanos a partir de baixo e junto com os de fora*. Dissertação apresentada ao PROLAM-USP. São Paulo. 2011

SARAVALE, Caio Yamazaki. BANCO DE SEMENTES: ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA (RE) PRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DA VIDA E DA AGROBIODIVERSIDADE. Trabalho de Iniciação científica apresentado no SINCUSP. 2010

SERRANO, Rigoberto. *Entrevista concedida a Fábio Alckimin*. San Cristobal de las Casas, 13 março 2011.

Sociedad Cooperativa SSIT LEQUIL LUM. *Reglamento interno y Normas para la producción agroecológica del café*. Disponível em <<http://tatawelo.it/wp-content/uploads/2013/11/Folleto-cafe-completo.pdf>> Acesso em nov 2015

VELÁZQUEZ. Dolores Camacho. *El movimiento zapatista y la outra democracia: expresión de las luchas de los 500 años em América Latina*. Dissertação de mestrado apresentada à Facultad de Filosofía y letras na Universidad Nacional Autónoma de

Mexico. Cidade do México, 2011.

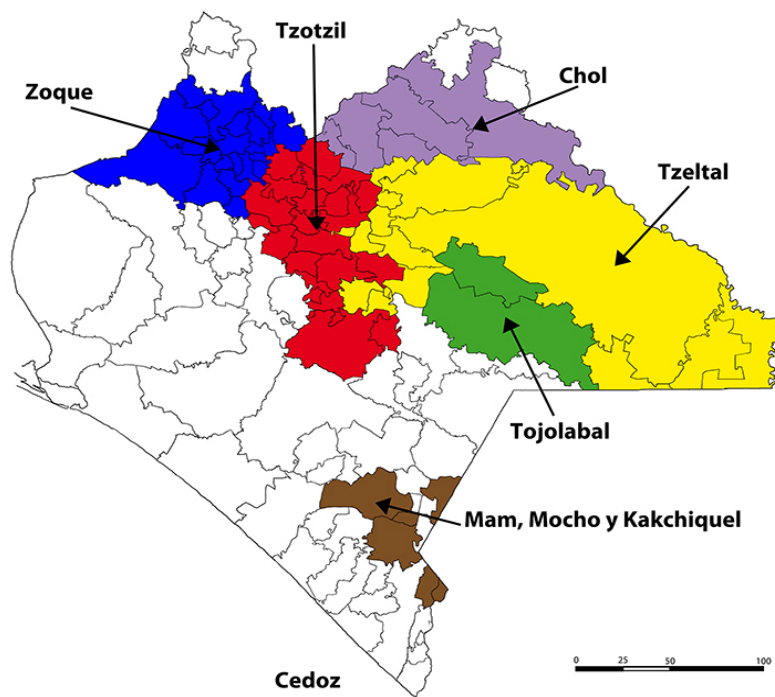
SPEED, Shanon. *Ejercer los derechos/reconfigurar la resistencia en las Juntas de Buen Gobierno zapatistas* In: BARONNET, Bruno; BAYO, Mariana Mora; Stahler-Sholk, Richard. *Luchas "muy otras": zapatismo y autonomia em las comunidades indígenas de Chiapas*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Centros de Investigaciones y estudios superiores em Antropologia Social, Universidad Autonoma de Chiapas. 2011.

REYES RAMOS, Maria Eugenia. *Reconfiguración del espacio agrario en Chiapas: las consecuencias del levantamiento zapatista*. In: PÉREZ RUIZ, Maya Lorena (coord.). *Tejiendo historias: Tierra, género y poder en Chiapas*. México: INAH, 2004.

VIA CAMPESINA. NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5). Roma, junho de 2002.

ANEXOS

Mapa 1 – Distribuição étnica nas regiões com presença zapatista



Fonte: Centro de Documentación sobre Zapatismo, <http://www.cedoz.org/>

Mapa 2 – Localização dos MAREZ (ver quadro 1)



Fonte: Ornelas, 2005.

Quadro 1 – Relação entre os municípios oficiais e os MAREZ (ver mapa 6)

MAREZ	Município Oficial
1. Libertad de los Pueblos Mayas	Ocosingo
2. San Pedro de Michoacán	Las Margaritas
3. Tierra y Libertad	Las Margaritas, Independencia y Trinitaria
4. 17 de Noviembre	Altamirano y Chanal
5. Miguel Hidalgo y Costilla	Las Margaritas y Comitán de Domínguez
6. Ernesto Che Guevara	Ocosingo
7. 1° de Enero	Ocosingo
8. Cabañas	Oxchuc y Huixtán
9. Maya	Ocosingo
10. Francisco Gómez	Ocosingo
11. Flores Magón	Ocosingo
12. San Manuel	Ocosingo
13. San Salvador	Ocosingo
14. Huichapan	Huichapan
15. Simojovel	Simojovel
16. Sabanilla	Sabanilla
17. Vicente Guerrero	Palenque
18. Trabajo	Palenque y Chilón
19. Francisco Villa	Salto del Agua
20. Independencia	Tila y Salto del Agua
21. Benito Juárez	Tila, Yajalón y Tumbalá
22. La Paz	Tumbalá y Chilón
23. José María Morelos y Pavón	Ocosingo
24. San Andrés Sakamchén de los Pobres	San Andrés Larráinzar
25. San Juan de la Libertad	El Bosque
26. San Pedro Chenalhó	Chenalhó y Mitontic
27. Santa Catarina	Pantelhó y Sitalá
28. Bochil	Bochil
29. Zinacantán	Zinacantán
30. Magdalena de La Paz	Chenalhó

Fonte: Ornelas, 2005.

Quadro 2 – Os caracóis e as JBG

OS CARACOLES E AS JUNTAS DE BOM GOVERNO (AGOSTO DE 2003)

Caracoles	Junta de Bom Governo	Sede	Povos
Madre de los caracoles del mar de nuestros sueños / s-nan xoch baj paman ja tez waychime! ku'untic.	Hacia la esperanza (Selva Fronteiraça)	La Realidad	tojolabales, tzeltales e mames
Torbellino de nuestras palabras / muc'ul puy zutu'ik ju'un jc'optic.	Corazón del arcoiris de la esperanza	Morelia	tzeltales, tzotziles e tojolabales
Resistencia hacia un nuevo amanecer/ te puy tas maliyel yas pas yach'il sacal quinal.	El camino del futuro	La Garrucha	tzeltales
El caracol que habla para todos / te puy yax sco'opj yu'un pisiltic (en tzelta!); puy mui ti t'an cha 'an ti lak pejt! (en chol)	Nueva semilla que va a producir	Roberto Barrios	choles, zoques e tzeltales
Resistencia y rebeldía por la humanidad / ta tzikel vocolil xchiuc jtoybailtic sventa slekilal sjunul balumil.	Corazón céntrico de los zapatistas delante del Mundo	Oventic	tzotziles e tzeltales

Fonte: Ornelas, 2005.

Quadro 3 – Leis Revolucionárias do EZLN (Janeiro de 1994)

Lei de Impostos e de Guerra

Voluntária para os que não são exploradores da força de trabalho e para aqueles sem posses. Para os demais, se estabelecem impostos entre 7 e 20% das rendas mensais. Os bens confiscados das forças armadas passarão a ser propriedade do EZLN, enquanto que aqueles recuperados do governo passarão a ser propriedade do “governo revolucionário”.

Lei de Direitos e Obrigações dos Povos em Luta

Direitos iguais sem distinção de raça, religião ou filiação política. Eleição livre de representantes. Exigir do exército que não intervenha em assuntos civis. Possuir armas e defender-se com elas, inclusive do exército revolucionário. Realizar a cooperação acordada pela maioria para as necessidades da revolução. Prestação de contas das autoridades civis à população civil e ao comando do exército revolucionário.

Lei de Direitos e Obrigações das Forças Armadas Revolucionárias

Denunciar os maus governos civis. Respeitar as ações do governo revolucionário e a justiça civil. Guerrear contra o inimigo até tirá-lo do território ou aniquilá-lo.

Lei Agrária Revolucionária

Expropriação de terras que excedam 100 hectares de má qualidade ou 50 hectares de boa qualidade, podendo os pequenos proprietários juntar-se à organização comunal, em cooperativas ou sociedades camponesas. As terras concedidas aos camponeses sem posses serão propriedade coletiva. Parte das terras expropriadas se destinarão ao sustento de órfãos e viúvas de combatentes. Preservação de zonas de selva e reflorestamento. Os recursos naturais são propriedade do povo. Não serão cobrados impostos dos que trabalhem coletivamente.

Lei Revolucionária das Mulheres

Direito de decidir quantos filhos ter. Direito a serem eleitas democraticamente para um cargo militar ou civil. Não podem ser obrigadas ao matrimônio.

Lei de Reforma Urbana

Deixarão de pagar renda aqueles que vivem há quinze anos no mesmo lugar. Os que vivem há menos de 15 anos pagarão 10% do salário do chefe de família. As mansões poderão ser ocupadas como moradia de muitas famílias.

Lei do Trabalho

As companhias estrangeiras pagarão o equivalente aos salários que pagam em seus países de origem. Aumentos mensais de salário, segundo uma comissão local de preços e salário. Os trabalhadores terão direito a ter ações da empresa, segundo sua antiguidade.

Lei de Indústria e Comércio

Proibida a açambarcação.

As indústrias que desejem fechar passarão a fazer parte da propriedade da Nação.

Preços dos produtos básicos regulados por uma comissão democraticamente eleita.

Lei de Seguridade Social

São prioridade os doentes incapacitados, os órfãos e os anciãos sem família.

As pensões dos aposentados serão iguais ao salário mínimo.

Fonte: Ornelas, 2005.